



SANTA LUZIA
TRABALHO E RESPEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

0001



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO,
INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO,
EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E
MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA –
MG.**

GARANTIA DA PROPOSTA

1ª Via - Original

CONSÓRCIO SANTA LUZIA IP

DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA CPF OU CNPJ: 18.715.409/0001-50
ENDEREÇO: AV VIII 50 - CARREIRA COMPRIDA
CEP: 33.045-090 CIDADE: SANTA LUZIA UF: MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: BMPI INFRA S.A. CPF OU CNPJ: 24.416.909/0001-93
ENDEREÇO: R DOUTOR RENATO PAES DE BARROS, Nº 750, CONJ 101 - ITAIM BIBI
CEP: 04.530-001 CIDADE: SÃO PAULO UF: SP

DADOS DO CORRETOR

NOME: TOLEDO MENDES CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME CPF OU CNPJ: 05.309.388/0001-20 SUSEP:100533378

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 3.005.337,94 - Três Milhões e Cinco Mil e Trezentos e Trinta e Sete Reais e Noventa e Quatro Centavos

MODALIDADE: Garantia Licitante

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelos Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Edital de Concorrência Pública nº 46/2021, Processo Administrativo nº 45/2021, que tem como objeto a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Garantia Licitante	R\$ 3.005.337,94	R\$ 5.854,23	25/06/2021	25/07/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO**CUSTO DO SEGURO**

Prêmio Líquido	RS	5.854,23
Adicional de Fracionamento	RS	0,00
Custo de Apólice	RS	0,00
IOF	RS	0,00
Prêmio Total	RS	5.854,23

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 5.854,23	24/07/2021

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 24/06/2021 15:05:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750532014000 e o Controle Interno: 00AD53081E2E0F05. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692021009900750532014000000.


João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE

1. OBJETO:

Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

2. DEFINIÇÕES:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

3. VIGÊNCIA:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restara oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

Cópia do edital de licitação;

Cópia do termo de adjudicação;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos, acompanhada dos documentos comprobatórios;

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES

CONDIÇÃO PARTICULAR - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

1. TOMADOR

1.1 BMPI INFRA S.A.

CNPJ: 24.416.909/0001-93

2. SEGURADO

2.1 MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

CNPJ: 18.715.409/0001-50

3. OBJETO

3.1. Garantir a indenização no caso de a PROPONENTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital de Concessão nº 46/2021, incluindo a retirada de sua PROPOSTA COMERCIAL durante seu período de validade, a recusa da PROPONENTE em assinar o CONTRATO caso a PROPONENTE seja declarada vencedora ou o não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL.

4. INSTRUMENTO:

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo o modelo da Circular nº 477/2013 da SUSEP, Condições Especiais do Ramo 0775, Modalidade I - Seguro Garantia do Licitante.

5. VALOR DA GARANTIA:

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante mínimo de R\$ 3.005.337,94 (três milhões cinco mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos), data base de maio de 2021.

6. PRAZO

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, contados da data designada para a entrega dos volumes, podendo ser renovada sucessivamente por igual período de acordo com as regras do EDITAL, até a assinatura do CONTRATO.

Início em 25/06/2021

Término em 25/06/2022

7. DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- (i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;
- (ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e
- (iii) Confirmado o descumprimento pela PROPONENTE das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida,

quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

7.2. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Especiais e Gerais que não tenham sido alteradas pelas presentes Condições Particulares.

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO
CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775
SEGURO GARANTIA - SEGURADO SETOR PÚBLICO

1. OBJETO

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurador, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s) em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

- I. processos administrativos;
- II. processos judiciais, inclusive execuções fiscais;
- III. parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;
- IV. regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurador, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurador.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurador em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. ACEITAÇÃO:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das

parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. VIGÊNCIA:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. INDENIZAÇÃO:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I - realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II - indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente daquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de

créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver a seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. ATUALIZAÇÃO DE VALORES:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior a data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. SUB-ROGAÇÃO:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. PERDA DE DIREITOS:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II - Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III - Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV - Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V - O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI - Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII - Se o Segurado agravar intencionalmente o risco.

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. EXTINÇÃO DA GARANTIA:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I - quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II - quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV - quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V - quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei N° 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei n° 8.666/93.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio
15/365	13	195/365	73
30/365	20	210/365	75
45/365	27	225/365	78
60/365	30	240/365	80
75/365	37	255/365	83
90/365	40	270/365	85
105/365	46	285/365	88
120/365	50	300/365	90
135/365	56	315/365	93
150/365	60	330/365	95
165/365	66	345/365	98

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. CONTROVÉRSIAS:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I - por arbitragem; ou

II - por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº9307, de 23 de setembro de 1996.

17. PRESCRIÇÃO:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. FORO:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP - www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

0012



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que POTTENCIAL SEGURADORA S.A., CNPJ 11699534000174, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 3556, publicado(a) no D.O.U. de 25/02/2010, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR03069_14062021_122030_618**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 14 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

[Assinatura]

0013



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
DANIEL AMORIM DE OLIVEIRA	Diretor
EDMAR VIDIGAL PAIVA	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Presidente
RICARDO NASSIF GREGORIO	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_14062021_122031_323**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 14 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

X

**DECLARAÇÃO FORMAL ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PRERROGATIVAS REFERENTES AOS
CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESTABELECIDOS NO ART. 3º, § 2º, DA LEI DE LICITAÇÕES**

Belo Horizonte, 21 de Junho de 2021

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência nº 46/2021 - Solicitação de Esclarecimentos

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Edital de Concorrência nº 46/2021, o **CONSÓRCIO SANTA LUZIA IP**, composto pelas empresas **BMPI INFRA S.A.** e **CONSTRUTORA REMO LTDA** ("PROPONENTE"), por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos no art. 3º, §2º da LEI DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Inciso, do art. 3º, § 2º	Critério
<input checked="" type="checkbox"/> [X]	III	Serviços prestados por empresas brasileiras.
<input type="checkbox"/> []	IV	Serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
<input type="checkbox"/> []	V	Serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.



CONSÓRCIO SANTA LUZIA IP

Representante Credenciado

Nome: *Rafael Rezek Mohallen*

CPF: 001.394.046-51



CONTRATO DE INTERMEDIACÃO PROPONENTE E CORRETORA CREDENCIADA

Belo Horizonte, 16 de junho de 2021.

À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MG.

Na melhor forma de direito, as partes:

Mercantil do Brasil Corretora S/A – CTVM – Corretora nº 106-6, sociedade corretora com sede na Rua Rio de Janeiro, 654 – 16º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF 16.683.062/0001-85, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada de PARTICIPANTE CREDENCIADA; e

BMPI Infra S/A, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 750 – conj. 101, Itaim Bibi, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF 24.416.909/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada PROPONENTE, empresa líder do Consórcio Santa Luzia IP também constituído pela Construtora Remo Ltda. ("Remo"), sociedade empresária com sede na Av. Francisco Sales, nº. 1838, São Lucas, Belo Horizonte/MG e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 18.225.557/0001-96;

nos termos do EDITAL, dos ANEXOS e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 da LICITAÇÃO em referência;

RESOLVEM celebrar o presente contrato para intermediação por PARTICIPANTE CREDENCIADA na participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO, nos atos praticados sob assessoria da B3 ao PODER CONCEDENTE.

1. A PROPONENTE e PARTICIPANTE CREDENCIADA declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos documentos relativos à LICITAÇÃO, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste Contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:
 - EDITAL, ANEXOS e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3;
 - Cronograma;
 - Documentos e alterações expedidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;
 - Toda e qualquer documentação que vier a ocorrer comunicada, divulgada ou publicada no âmbito da LICITAÇÃO; e
 - Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3 relativas a Leilões em geral.
2. Se comprometem a entregar, a PROPONENTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, e a PARTICIPANTE CREDENCIADA à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, na ou à B3, conforme documentos e Cronograma da LICITAÇÃO:
 - GARANTIA DA PROPOSTA;
 - ENVELOPES 1, 2 e 3; e

- Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.
3. A PARTICIPANTE CREDENCIADA indica, neste ato, os seguintes operadores para atuarem na SESSÃO PÚBLICA da LICITAÇÃO:
- Operador principal: Fabiano Barbosa Moraes, inscrito no CPF 766.739.956-53; e
 - Operadores contingência: Marcos Aurélio Gomes, inscrito no CPF 522.569.016-53 e Valéria de Araújo Foresti Ribeiro, inscrita no CPF 030.340.726-35.
- 3.1. A credencial do operador da PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá ser retirada, 30 (trinta) minutos antes do início da SESSÃO PÚBLICA da LICITAÇÃO, junto ao DIRETOR DA SESSÃO. Ao término da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foi retirada.
4. A PARTICIPANTE CREDENCIADA fica, desde já, obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
5. A taxa de corretagem devida pela PROPONENTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, para a realização da intermediação, objeto deste Contrato, é livremente pactuada entre as partes em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
6. A PARTICIPANTE CREDENCIADA não se responsabiliza pela não inclusão da PROPONENTE na lista de aptos e/ou habilitados para a LICITAÇÃO, a ser comunicada diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
7. A PROPONENTE reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou a execução, pelo PODER CONCEDENTE, COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e/ou B3, de ativos aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, de acordo com o EDITAL e no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
8. A execução de GARANTIA DA PROPOSTA será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela PROPONENTE em virtude de sua participação na LICITAÇÃO.
9. A PROPONENTE, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à PARTICIPANTE CREDENCIADA, poderes especiais para representá-la perante a B3, as demais PROPONENTES, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes da LICITAÇÃO que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste Contrato, do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da PROPONENTE, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização de GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes conferidos à PARTICIPANTE CREDENCIADA, independentemente da ordem de nomeação supra, para, por conta e ordem da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e do PODER CONCEDENTE, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
10. O presente Contrato vigorará até a ocorrência de ambos os eventos:
- retirada de GARANTIA DA PROPOSTA pela PARTICIPANTE CREDENCIADA da B3 e devolução à PROPONENTE; e

- até que a B3 confirme o recebimento de sua remuneração.

10.1. A rescisão deste Contrato pelas partes resguarda-o como válido e produz todos os seus efeitos sobre as obrigações pendentes até que sejam devidamente quitadas.

11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente Contrato.
12. O presente Contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.
13. A PARTICIPANTE CREDENCIADA se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas à PROPONENTE, apenas revelando-as à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE, na forma e para os fins deste Contrato.
14. A PROPONENTE se compromete a comunicar expressamente à PARTICIPANTE CREDENCIADA qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação na LICITAÇÃO, junto à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE.
15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da PARTICIPANTE CREDENCIADA, quando autora da ação, de ajuizá-la no domicílio da PROPONENTE, se este for diverso do dela.
16. As dúvidas e controvérsias advindas deste Contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.



BMPI Infra S/A

18 JUN. 2021
2º OFÍCIO




Athaide Vieira dos Santos e Valéria de Araújo Foresti Ribeiro
Mercantil do Brasil Corretora S/A - CTVM

Testemunhas:



Nome: Sérgio Felipe de Moraes
R.G.: MG- 2.335.670



Nome: Fabiano Barbosa Moraes
R.G.: M- 5.345.157

Lucca de Magalhães Ferreira

De: Leilões <Leiloes@b3.com.br>
Enviado em: terça-feira, 22 de junho de 2021 11:07
Para: Vitor Cardoso Leite Ribeiro; Leilões
Cc: Gustavo Luis Barreiro; Lucca de Magalhães Ferreira
Assunto: RES: Verificação da Situação Cadastral de PARTICIPANTE CREDENCIADA - Mercantil do Brasil Corretora S/A - CTVM

Olá Vitor, bom dia! Tudo bem?

Preliminarmente, gostaríamos de esclarecer que o cadastro da corretora consiste em um conjunto de documentos de representação que permitem sua atuação em diversas operações realizadas na B3.

Informamos que consta em nosso banco de dados que a corretora possui cadastro vigente até 2022.

Todas as informações do respectivo cadastro, a partir de agora, poderão ser visualizadas pelas próprias corretoras via Portal de Documentos da B3, através do qual os poderes dos representantes legais dos participantes poderão ser consultados de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do [Manual de Navegação](#).

Caso o cadastro esteja desatualizado, a corretora poderá providenciar a sua atualização conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do [Manual de Navegação](#), conforme aplicável.

O link para acesso ao Portal de Documentos é <https://servicosb3.portaldedocumentos.com.br/cadastro/entrar.html>.

Ficamos à disposição para maiores esclarecimentos!



Julia Paulo Pereira
Superintendência de Processos
Licitação
julia.pereira@b3.com.br
+55 11 2565-7644
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo (SP)
01013-001

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL – CONFIDENTIAL INFORMATION

De: Vitor Cardoso Leite Ribeiro <vitor.ribeiro@bmpi.com.br>
Enviada em: segunda-feira, 21 de junho de 2021 13:50
Para: Leilões <Leiloes@b3.com.br>
Cc: Gustavo Luis Barreiro <gustavo.barreiro@bmpi.com.br>; Lucca de Magalhães Ferreira

Y

**TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE DE PROPÓSITO
ESPECÍFICO (“SPE”)**

(“CONSÓRCIO SANTA LUZIA IP”)

Pelo presente instrumento particular,

1) **BMPI Infra S/A (“BMPI”)**, sociedade empresária com sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, Itaim Bibi, São Paulo/SP e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 24.416.909.0001-93, representada neste ato por seu representante legal/procurador, Gustavo Luis Barreiro, brasileiro, engenheiro, inscrito no RG sob o n. 20240600-3 SSP/SP e no CPF sob o n. 131.120.228-58; e

2) **Construtora Remo Ltda. (“REMO”)**, sociedade empresária com sede na Av. Francisco Sales, nº. 1838, São Lucas, Belo Horizonte/MG e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 18.225.557/0001-96, representada neste ato por seu representante legal/procurador, Igor Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, profissional de relações públicas, inscrito no RG sob o n. 10.213.778 SSP/MG e no CPF/MF sob o n. 068.578.016-30;

Em conjunto denominadas “Partes” ou “Consorticiadas”, firmam COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE, nos termos do art. 9º da Lei Federal n. 11.079/04 e art. 33 da Lei Federal n. 8.666/93 e das disposições do Edital de Concorrência Pública n. 46/2021 (“Edital”), da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG, notadamente seu item 6.3.9, conforme os termos e condições constantes deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA. DENOMINAÇÃO E SEDE DO CONSÓRCIO.

1.1. Pelo presente compromisso particular, as Consorticiadas se comprometem, de forma irrevogável e irretratável, à constituição de SPE e Consórcio, a serem denominados SANTA LUZIA IP, para fins previstos no item 6.3.9 do Edital.

1.2. A SPE será sediada no Município de Santa Luzia.

CLÁUSULA SEGUNDA. ORGANIZAÇÃO E OBJETIVO DO CONSÓRCIO.

2.1. O Consórcio será composto pelas Partes, conforme acima qualificadas, nos termos e segundo as condições especificadas neste instrumento, na legislação de regência e no Edital de Concorrência Pública n. 46/2021, promovida pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG.

2.2. O Consórcio e a SPE serão organizados e constituídos de acordo com as participações indicadas na cláusula terceira, abaixo, sendo sua liderança e representação exercidas conforme a cláusula quarta deste instrumento.

2.2.1. O Consórcio constitui-se de acordo com a legislação brasileira, não tendo personalidade jurídica e nem prejudicando a personalidade jurídica própria de cada Consorticiada.

2.3. O Consórcio tem por objetivos:

- a) a disputa da licitação a que se refere o Edital Concorrência Pública n. 46/2021 (“Concorrência”), tendo como objeto a delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Santa Luzia/MG, incluídos a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação,

b) na hipótese de vitória do Consórcio na Concorrência, com homologação do resultado e consequente adjudicação de seu objeto ao Consórcio, a prática de todos os atos previstos no Edital de Concorrência Pública n. 46/2021 e na legislação de regência necessários à assinatura do Contrato, notadamente, mas não exaustivamente, aqueles previstos no item 17 do Edital de Concorrência Pública n. 46/2021, dentre os quais a constituição de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) para a execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA. PARTICIPAÇÃO DAS CONSORCIADAS NO CONSÓRCIO.

3.1. As Consorciadas participarão do Consórcio nas seguintes proporções:

Consortiada	Participação
BMPI	66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento)
REMO	33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento)

3.2. Em virtude do disposto nesta Cláusula, as Consorciadas se obrigam a concorrer com todas as despesas necessárias ao cumprimento dos objetivos do Consórcio segundo as proporções estipuladas na subcláusula anterior.

3.3. As consorciadas declaram que não alterarão a composição do Consórcio, não sendo admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciadas, até a assinatura do contrato, observadas as disposições contidas na sub-cláusula 6.2 deste termo.

3.4. Na hipótese de assinatura do contrato de concessão, as consorciadas declaram que não alterarão a composição do Consórcio sem a prévia anuência da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, observadas as disposições contidas na sub-cláusula 6.2 deste termo.

CLÁUSULA QUARTA. LIDERANÇA E REPERESSENTAÇÃO.

4.1. A liderança do Consórcio será exercida pela BMPI, responsável pela realização dos atos que cumpram ao Consórcio durante a Concorrência até a assinatura do contrato, a quem competirá a representação do Consórcio perante o Município de Santa Luzia, no curso do procedimento licitatório, com poderes para a prática de todos os atos inerentes e necessários ao exercício da mencionada liderança, nos termos do art. 33, II, da Lei Federal n. 8.666/93, da legislação de regência e das disposições contidas no Edital de Concorrência Pública n. 46/2021 da Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

4.1.1. Nos termos dispostos no item 9.1.2.(ii) do Edital de Concorrência Pública n. 46/2021 e sem prejuízo do disposto acima, a BMPI, líder do consórcio, deverá outorgar poderes aos representantes credenciados para a representação do Consórcio na prática dos atos referentes à Concorrência.

4.2. Por meio do presente instrumento, no âmbito do procedimento de licitação do Edital de Concorrência Pública n. 46/2021, ficam designados como representantes legais do Consórcio Raphael Hideki Akaboci Yokosawa, brasileiro, engenheiro, inscrito no RG sob o n. 541947370 SSP/SP e no CPF/MF sob o n. 235.534.558-96 e Rafael Rezek Mohallem, brasileiro, engenheiro, inscrito no RG sob o n. M6073693 SSP/MG e no CPF/MF sob o n. 001.394.046-51.

4.3 Os representantes legais acima designados poderão praticar quaisquer atos no âmbito da Concorrência Pública n. 46/2021 em conjunto ou separadamente.

CLÁUSULA QUINTA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.



51

h

5.1. Inobstante as participações estipuladas na Cláusula Terceira do presente instrumento, as Consorciadas assumem responsabilidade solidária por todos os atos praticados pelo Consórcio ou por qualquer das Consorciadas, isoladamente, relacionados à Concorrência, seja em relação à licitação, e, ao eventual contrato desta decorrente, nos termos do art. 33, V, da Lei 8.666/93, das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Concorrência Pública n. 46/2021.

5.2. As Partes declaram que, na condição de consorciadas, são credoras de dívida indivisível nos termos do art. 260 do Código Civil, anuindo inclusive com a possibilidade de a empresa líder ofertar caução em ratificação dos outros credores.

5.3. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula, as Consorciadas poderão exercer entre si eventual direito de regresso na hipótese de responsabilização solidária que importe em desembolso de valores em favor do Município de Santa Luzia/MG.

5.3.1. O direito de regresso a que se refere esta subcláusula observará as seguintes condições:

(i) caso o desembolso resulte de ato praticado em conjunto por todas as Consorciadas, no âmbito do Consórcio, caberá direito de regresso na hipótese de o(s) pagamento(s) que vier(em) a ser efetuado(s) por qualquer Consorciada não corresponder à sua respectiva participação no Consórcio;

(ii) caso o desembolso resulte de ato ilícito praticado por uma ou duas das Consorciadas, para que a Consorciada que não tenha praticado ou participado do respectivo ato ilícito seja integralmente ressarcida pelas demais dos valores que vier a efetivamente desembolsar.

CLÁUSULA SEXTA. CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.

6.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação de regência e no Edital de Concorrência Pública n. 46/2021, caso o objeto da Concorrência seja adjudicado ao Consórcio, as Consorciadas se obrigam, expressa e irrevogavelmente, à constituição de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) para a execução do contrato.

6.3. A SPE a ser constituída terá, no mínimo, prazo de duração equivalente ao prazo do contrato de concessão, como determina o Edital de Concorrência Pública n. 46/2021.

6.2. As Consorciadas participarão do Capital Social da SPE segundo as mesmas proporções de suas participações no Consórcio, previstas na subcláusula 3.1 deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

7.1. As obrigações assumidas pelas Consorciadas no presente instrumento não constituem nem deverão ser interpretadas como renúncia ao direito de impugnação administrativa ou judicial do Edital, nos termos da legislação de regência e do próprio Edital de Concorrência Pública n. 46/2021.

CLÁUSULA OITAVA. VIGÊNCIA.

8.1. As cláusulas e condições do presente Instrumento entrarão em vigor na data de sua assinatura e assim permanecerão pelo prazo necessário à participação do Consórcio na Concorrência, sendo considerado automaticamente resolvido de pleno direito na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

8.1.1 cancelamento, anulação ou revogação da Concorrência, de forma definitiva, pelo município de Santa Luzia ou autoridade competente para tanto;

- 8.1.2 decisão final que de forma definitiva leve à inabilitação ou desclassificação do Consórcio;
- 8.1.3 outorga da concessão a terceiro;
- 8.1.4 constituição efetiva da SPE, observadas as disposições do Edital de Concorrência Pública n. 46/2021, com a assinatura de seu acordo de acionistas, caso o objeto da concorrência seja adjudicado ao Consórcio; e
- 8.1.5 mediante acordo entre as Partes, observadas as regras do Edital de Concorrência Pública n. 46/2021.

CLÁUSULA NONA. DISPOSIÇÕES FINAIS.

9.1. Capacidade, Poder e Autorização. As Partes possuem plena capacidade, poder e autoridade para: (i) celebrar o presente instrumento, tendo tomado todas as medidas necessárias para autorizar a sua celebração, e (ii) cumprir com as obrigações por cada uma delas assumidas neste instrumento.

9.2. O presente Compromisso contém o acordo e entendimento integral a respeito do objeto deste instrumento entre as Partes.

9.3. Independência das Cláusulas. Se qualquer disposição deste instrumento for considerada nula, anulável, inválida ou inoperante, nenhuma outra de suas disposições será afetada como consequência disso e, portanto, permanecerão em pleno vigor e efeito como se tal disposição nula, anulável, inválida ou inoperante não estivesse contida neste instrumento.

9.4. Declarações: As consorciadas declaram que não participarão de mais de um consórcio, ainda que por intermédio de suas afiliadas ou coligadas, nem participarão da Concorrência de forma isolada;

9.5. Arbitragem. Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionada direta ou indiretamente a este instrumento (“Conflito”), envolvendo qualquer dos seus signatários (“Partes Envolvidas”), será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara –de Comércio Brasil-Canadá CCBC (“Câmara”).

9.5.1. A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem. Não se admitirá julgamento por equidade, devendo a arbitragem ser de direito.

9.5.2. A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros (“Tribunal Arbitral”).

9.5.3. Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas.

9.5.4. No caso de haver mais de um reclamante ou mais de um reclamado e eles não chegarem, dentro do respectivo polo, a um acordo quanto à nomeação do co-árbitro comum, todos os

árbitros, inclusive o presidente do Tribunal Arbitral e o árbitro que deveria ser indicado pelo polo contrário, serão nomeados pela Câmara.

9.5.5. Quaisquer outras omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara.

9.5.6. A arbitragem será sigilosa e será realizada em língua portuguesa e terá sede na cidade de Belo Horizonte/MG.

9.5.7. A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil e será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

9.5.8. O Tribunal Arbitral alocará entre as Partes Envolvidas, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela Parte Envolvida contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela Parte Envolvida contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens.

9.5.9. As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no art. 30 da Lei nº 9.307/96 e eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96.

9.5.10. Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral.

9.5.11. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iii) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte - MG, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

CERENCA
REMC
COAR

8

9.5.12. A execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, serão requeridas preferencialmente no Foro da Comarca de Belo Horizonte - MG.

10.1. As Consorciadas declaram ainda:

10.1.1. Compromisso expresso de que o Consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros.

10.1.2. Compromisso de que o consórcio e as empresas consorciadas atenderão plenamente a disposições das Instruções Normativas RFB nº 1199 de 14 de outubro de 2011, expedidas pela Receita Federal do Brasil.

10.1.3. Compromisso expresso de que apresentarão, antes da assinatura do eventual termo de contrato decorrente da licitação, o instrumento de constituição e o registro do consórcio (art. 33, §2º da Lei 8.666/93).

10.1.4. Compromisso expresso de que o consórcio terá inscrição própria no Cadastro Nacional De Pessoas Jurídicas – CNPJ e registro de Junta Comercial da sede da Licitante;

Estando assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, para todos os fins de Direito.

Belo Horizonte, 16 de junho de 2021.

BMPI INFRA S/A

Por: 
 Nome: Gustavo L. Barreiro
 Cargo: CPF 131.120.228-58

Por: _____
 Nome: _____
 Cargo: _____


CONSTRUTORA REMO LTDA.

Por: 
 Nome: CONSTRUTORA REMO LTDA.
 Cargo: Igor Maciel de Simoni Orlandi
 Diretor
 CPF: 068.578.016-30

Por: _____
 Nome: _____
 Cargo: _____

TESTEMUNHAS:


 Nome: Rafael Rezek Moallam
 Cargo: Eng. Eletricista/Eng. Segurança Trabalho
 CPF/MF: CREA-MG 73889/D
 CIC: 001.394.046-51


 Nome: Vitor Cardoso Leite Ribeiro
 CPF/MF: 101.598.776-10

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, **BMPI Infra S/A ("BMPI")**, sociedade empresária com sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, Itaim Bibi, São Paulo/SP e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 24.416.909.0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por **BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o n. 011.836.976-86 e **MIGUEL LUIZ MORAD NORONHA**, brasileiro, casado, geólogo, inscrito no CPF sob o n. 066.029.008-11, doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. **RAPHAEL HIDEKI AKABOCI YOKOSAWA**, brasileiro, inscrito no RG sob o n. 541947370 SSP/SP e no CPF sob o n. 235.534.558-96 e **RAFAEL REZEK MOHALLEM**, brasileiro, inscrito no RG sob o n. M6073693 SSP/MG e no CPF/MF sob o n. 001.394.046-51, para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

- a. Representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal de Santa Luzia/MG, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital de Concorrência nº 46/2021, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:
 - i. Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;
 - ii. Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
 - iii. A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas, de acordo com seu Estatuto Social;

Esta procuração tem prazo de um ano e seis meses a contar da data de apresentação das propostas.

São Paulo, 16 de junho de 2021



BMPI INFRA S.A.

BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA



BMPI INFRA S.A.

MIGUEL LUIZ MORAD NORONHA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
RG6091773 SSPMG

CPF 011.836.976-86 **DATA NASCIMENTO** 05/08/1976

FILIAÇÃO
RICARDO COUTINHO DE SENA
SANDRA TERESINA COSTA C DE SENA

PERMISSÃO **ACC** **CAT. HAR.** **B**

Nº REGISTRO 00818428526 **VALIDADE** 29/08/2019 **1ª HABILITAÇÃO** 15/10/1994

OBSERVAÇÕES

Bruno Costa
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL SAO PAULO, SP **DATA EMISSÃO** 29/08/2014

Regatta
ASSINATURA DO EMISSOR

40295398584
SP642644896

DETRAN SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
983551948

PROIBIDO PLASTIFICAR
983551948

PODER JUDICIÁRIO - TJ/MG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito de Dr Lund

Autentico este documento, composto de 01 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Pedro Leopoldo-MG, 21 de Junho de 2021

Antônio

SELO DE CONSULTA: DUB19401
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7264.2609.8613.8361

Quantidade de atos praticados: 01
Ato(s) praticado(s) por: Danielle da Conceição - Substituta

Emol.: R\$ 5,82 - Tx.Judic.: R\$ 1,81 - Total: R\$ 7,63 - ISS: R\$ 0,00

Nº DA ETIQUETA AAS855544

DE REG CIVIL E NOTARIAL
DR LUND
MG

0027

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MIGUEL LUIZ MORAD NORONHA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
7536364 SSP/SP

CPF
066.029.008-11

DATA NASCIMENTO
15/06/1959

FILIAÇÃO
**DJALMA PINTO DE NORONHA
A MELLO
NELENA MORAD DE NORONHA
A MELLO**

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. MAG.
B

Nº REGISTRO
00800028121

VALIDADE
11/07/2019

1ª HABILITAÇÃO
16/08/1977

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO REGISTRADOR

LOCAL
SÃO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
11/05/2015

Daniel Annenberg
Daniel Annenberg Diretor-Presidente do Detran SP

82772065053
SP726926558

DETRAN - SP (SÃO PAULO)

VÁLIDA EM TODAS
AS TERRITÓRIOS NACIONAIS

115953850

PROIBIDA PLASTIFICAÇÃO

115953850

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito de Dr Lund

Autentico este documento, composto de 01 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Dr. Lund/Pedro Leopoldo-MG, 21 de Junho de 2021

SELO DE CONSULTA: DUB19400
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9010.7168.0446.3569

Quantidade de atos praticados: 01
Ato(s) praticado(s) por: Danielle da Conceição - Substituta

Emol.: R\$ 6,82 - Tx.Judic.: R\$ 1,81 - Total: R\$ 7,63 - ISS: R\$ 0,00

Nº DA ETIQUETA
AAS855543

DE REG CIVIL E NOTARIAL
DR LUND
ARCA
E
POLÍCIA
G. TRIBUTÁRIA

República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional Registro Nacional
140381627-1

Nome
RAFAEL REZEK MOHALLEM

Filiação
SERGIO MOHALLEM
MARIA DA GRACA REZEK MOHALLEM

C.P.F. Documento de Identidade Tipo Sang.
001.394.046-51 **M-6.073693-SSP/MG** **A**

Nascimento Naturalidade UF Nacionalidade
14/02/1975 **ITAJUBA** **MG** **BRASILEIRA**

Crea de Registro Emissão Data de Registro
CREA-MG **30/03/2014** **01/03/2000**

Ass. Presidente
[Assinatura] Registro no Crea
MG0000073889

Ass. do Profissional
[Assinatura]

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (S2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORRETORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito de Dr. Lund

Autentico este documento composto de 01 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Dr. Lund/Pedro Leopoldo-MG, 21 de Junho de 2021

SELO DE CONSULTA: DUB19399
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6481.3786.8323.6616
 Quantidade de atos praticados: 01
 Ato(s) praticado(s) por: Danielle da Conceição - Substituta

Emol.: R\$ 5,82 - Tx.Judic.: R\$ 1,81 - Total: R\$ 7,63 - ISS: R\$ 0,00

Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA
AA5855542

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
PARTIDÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RAPHAEL HIDEKI AKABOCI YOKOSAWA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
541947370 SSPSP

CPF
235.534.558-96

DATA NASCIMENTO
05/06/1997

FILIAÇÃO
**RUBENS SUSSUMU YOKOSAWA
A
TACIANA CRISTINA AKABO
CI YOKOSAWA**

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06495610067

VALIDADE
13/07/2020

1ª HABILITAÇÃO
29/10/2015

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR
Raphael H. A. Yokosawa

LOCAL
RIBEIRÃO PRETO, SP

DATA EMISSÃO
12/12/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
Neiva Aparecida Nobrega

85667127704
SP019727941

DEIRAO - SP (SAO PAULO)

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito de Dr. Lund

Autentico este documento, composto de 01 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Dr. Lund/Pedro Leopoldo-MG, 21 de Junho de 2021

SELO DE CONSULTA: DUB19402
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 2101.8384.6060.7057

Quantidade de atos praticados: 01
Ato(s) praticado(s) por: Danielle da Conceição - Substituta

Emol.: R\$ 5,82 - Tx.Judic.: R\$ 1,81 - Total: R\$ 7,63 - ISS: R\$ 0,00

Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA
AA3855545

PROCURAÇÃO



OUTORGANTE: CONSTRUTORA REMO LTDA, sociedade Empresária Ltda constituída segundo as leis do Brasil, com sede na Avenida Francisco Sales 1838, - Barro São Lucas – Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.225.557.0001-96, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social pelo Sr. **Sérgio Mohallem**, (nacionalidade Brasileira), (estado civil Casado), (profissão Engenheiro Eletricista), inscrito no CPF sob o nº 102.478.906-34, portador da cédula de identidade nº MG-1.974.598 – SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG.

OUTORGADO: BMPI INFRA S.A. sociedade por ações constituída segundo as leis do Brasil, na condição de empresa líder do consórcio, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, conj. 101, São Paulo/SP, CEP 04530- 001, inscrita no CNPJ sob o nº 24.416.909/0001-93

PODERES: Confere-lhe poderes expressos, irrevogáveis e irretratáveis para que a Outorgada, na condição de empresa líder, represente a Outorgante na Concorrência Pública nº. 46/2021, perante a Prefeitura do Município de Santa Luzia/Minas Gerais, podendo concordar com condições, apresentar proposta, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer documentos, interpor recursos e praticar os demais atos pertinentes ao certame licitatório CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021, pelo prazo necessário à conclusão da referida licitação.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2021.

CONSTRUTORA REMO LTDA

Sérgio Mohallem-Diretor-Presidente

CPF-102.478.906-34-RG-MG-1.974.598



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
PARTIDÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
SERGIO MOHALLEM

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
MG1974598 SSP MG

CPF
102.478.906-34

DATA NASCIMENTO
26/06/1945

FILIAÇÃO
OADI MOHALLEM
JULIETA MOHALLEM

PERMISSÃO
ACC
CATHAB
AB

Nº REGISTRO
00416839904

VALIDADE
31/10/2019

1ª HABILITAÇÃO
07/03/1964

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
01/11/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
Ana Cláudia Oliveira Perry
Diretora DETRAN/MG

25346012255
MG502019611

PROIBIDO PLASTIFICAR

1355236558





PROCURAÇÃO



OUTORGANTE: **BMPI INFRA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 750, CONJ. 101, Itaim Bibi, São Paulo/ SP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.416.909/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por **BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 011.836.976-86, portador da cédula de identidade MG-6.091.773 - SSP/MG, residente e domiciliado em São Paulo/SP e por **ALÍCIA MARIA GROSS FIGUEIRÓ**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 556.869.236-04, portadora da cédula de identidade MG-2.093.810 - PIC/MG, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG.

OUTORGADO: **1- GUSTAVO LUIS BARREIRO**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 131.120.228-58, portador da cédula de identidade nº 202406003 - SSP/SP, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG.

PODERES: Confere-lhe poderes para, representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, podendo estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, receber citação e notificação de qualquer natureza, requerer e/ou promover consultas, requerer certificados e outros documentos e praticar os atos necessários durante a realização de certames licitatórios, processos administrativos, credenciamentos e inclusive interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos, sendo vedado o substabelecimento.

O presente documento tem vigência de 12 meses a partir da data de sua assinatura, revogando as procurações emitidas anteriormente.

Belo Horizonte/MG, 01 de fevereiro de 2021.

2º OFÍCIO


BMPI INFRA S.A.
BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA

2º OFÍCIO


BMPI INFRA S.A.
ALÍCIA MARIA GROSS FIGUEIRÓ



0033

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Alciane Maria Gross Figueiro

Valida

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-2.093.810 DATA DE EMISSÃO 08/06/2012

NOME ALICIA MARIA GROSS FIGUEIRO

FILIAÇÃO JOAO VIRGILIO UCHOA FIGUEIRO ANA MARIA GROSS FIGUEIRO

NATURALIDADE BELO HORIZONTE-MG DATA DE NASCIMENTO 21/11/1964

CAS. AV. DIV LV-172 FL-268

RG ORDEM BELO HORIZONTE-MG

CPF 556869236-04

PIC-2205 LETICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO ASSINATURA DO DIRETOR 3.VIA

LB-V-1160829-0960

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito de Dr. Lúcio

AUTENTICAÇÃO

Conferir com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CYM 51467

10 OUT. 2019

Em test. da verdade

0035

JUCESP PROTOCOLO
2.189.665/16-4

BMPI INFRA S.A.
(sucessora de Barbosa Mello Saneamento Ltda)
CNPJ/MF 24.416.909/0001-93



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO



1 – Data, Hora e Local: 30 de setembro de 2016 às dez horas, na sede da Companhia, situada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n. 750, conjunto 101, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04530-001; **2 – Composição da Mesa:** Bruno Costa Carvalho de Sena e Miguel Luiz Morad Noronha, respectivamente Presidente e Secretário; **3 – Presenças:** Presentes os sócios representantes de 100% (cem por cento) do capital social da sociedade empresária limitada "BARBOSA MELLO SANEAMENTO LTDA", com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3522976624-1 e inscrita no CNPJ sob o n. 24.416.909/0001-93, a saber: **(i) BARBOSA MELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n. 750, conjuntos 102/103, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ sob n. 13.419.211/0001-05, neste ato representada por seu Diretor Bruno Costa Carvalho de Sena, qualificado adiante; e **(ii) BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade MG-6.091.773, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n. 011.836.976-86, com endereço profissional na Rua Dr. Renato Paes de Barros n. 750, conjuntos 102/103, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04530-001. **4 – Regularidade:** Constatada a presença da totalidade dos sócios, foi declarada regularmente instalada a Assembleia Geral de Transformação, independentemente de prévia convocação, na forma do §4º do art. 124 da Lei n. 6.404/76; **5 – Deliberações:** Por unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: **(i)** Aprovada a transformação do tipo societário da "BARBOSA MELLO SANEAMENTO LTDA", de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações de Capital Fechado, passando a adotar nova denominação social de "BMPI INFRA S.A." na condição de sucessora daquela, sem qualquer solução de continuidade, na forma dos arts. 220 e seguintes da Lei n. 6.404/76. O capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, passa a ser dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Por consequência, os quotistas da sociedade transformada recebem uma ação da nova Companhia para cada quota até então possuída, conforme Boletim de Subscrição (Conversão) – (Anexo I da presente Ata); **(ii)** Aprovada a alteração do objeto social da companhia que passa a ser: a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresárias, e a realização de investimentos de qualquer espécie e em qualquer setor, o desenvolvimento e participação em projetos, seja pelo regime de prestação de serviços, concessão, parceria público-privada ou qualquer outro, na área de infraestrutura, a prestação de serviços de consultoria e a execução e gestão de projetos e obras; **(iii)** Submetido à apreciação dos presentes, foi aprovado o Estatuto Social, na forma do Anexo II, que devidamente assinado por todos os acionistas integra de forma indissociável esta Ata de Assembleia Geral de Transformação; **(iv)** Fixada a remuneração anual global para os membros do Conselho de Administração e Diretoria em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais); **(v)** Eleitos para um mandato de 2 (dois) anos os seguintes membros do Conselho de Administração: **(a) Guilherme Moreira Teixeira**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional n. 40.438/D, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF sob o n. 518.362.976-53, **(b) Rosângela Duarte Campos Pezzi**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Carteira de Identidade Profissional n. 46.865, expedida pela OAB/MG, inscrita no CPF sob o n. 625.775.656-15, e **(c) Alcía Maria Gross Figueiró**, brasileira, separada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade Profissional n. 556.869.236-04; todos com endereço profissional à Av. Portugal, n. 4.851, Bairro Itapoã, Belo Horizonte, MG, CEP 31710-400; **(vi)** Os membros do Conselho de Administração no mesmo ato tomam posse e, em reunião subsequente, renunciam o direito a percepção de rendimentos e elegem, também para um mandato de 2 (dois) anos, os seguintes membros da Diretoria: **Bruno Costa Carvalho de Sena**, já qualificado, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente**; **Alcía Maria Gross Figueiró**, já qualificada, para ocupar o cargo de **Diretora Administrativo-Financeiro**; e **Miguel Luiz Morad Noronha**, brasileiro, casado, geólogo, portador da Carteira de Identidade n. 7.536.364, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o n. 066.029.008-11, com endereço profissional na Rua Dr. Renato Paes de Barros n. 750, conjuntos 102/103, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04530-001, para ocupar o cargo de **Diretor de Investimentos**; **(vii)** Os Diretores ora eleitos tomam posse, neste





2

ato, e declaram que renunciam o direito a percepção de rendimentos e para os efeitos do disposto no inciso II do art. 35 da Lei n. 8.934, de 18/11/94, bem como do disposto no inciso II do art. 53 do Decreto n. 1.800, de 30/01/96, e no §1º do art. 147 da Lei 6.404/76, não estarão condenados pela prática de crime cuja pena vede o acesso à atividade mercantil, cientes de que, no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos. (viii) Aprovada a lavratura desta Ata na forma de sumário. 6 – **Encerramento:** Concluídos os trabalhos, o Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral de Transformação, determinando que fosse lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas, peritos e Diretores da nova Companhia.


BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA

Acionista, Diretor eleito e Presidente da AGT


MIGUEL LUIZ MORAD NORONHA

Secretário da AGT e Diretor Eleito


ALÍCIA MARIA GROSS FIGUEIRÓ

Diretora eleita e membro do Conselho de Administração


GUILHERME MOREIRA TEIXEIRA

Membro do Conselho de Administração


ROSANGELA DUARTE CAMPOS PEZZI

Membro do Conselho de Administração


BARBOSA MELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A

Acionista

rep. por seu Diretor Bruno Costa Carvalho de Sena

Visto do Advogado:


Raquel Maria Silva Campos
OAB-MG 108.953





BMPI INFRA S.A.
(sucessora de Barbosa Mello Saneamento Ltda)
CNPJ/MF 24.416.909/0001-93

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (CONVERSÃO)

ANEXO I

(parte integrante da Ata da Assembleia Geral de Transformação realizada em 30 de setembro de 2016)

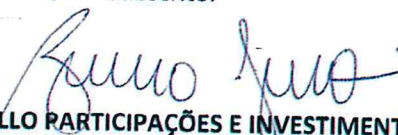
Em virtude da transformação da **BARBOSA MELLO SANEAMENTO LTDA** em sociedade anônima, sob a denominação de **BMPI INFRA S.A.**, o capital social, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, será integralizado até 31 de janeiro de 2017, ficando distribuído entre os acionistas na seguinte proporção:

Acionista	N.º Ações	Valor Total (R\$)
BARBOSA MELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. , com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n. 750, conjuntos 102/103, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ sob n. 13.419.211/0001-05, neste ato representada por seu Diretor Bruno Costa Carvalho de Sena, qualificado abaixo.	99.999	99.999,00
BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA , brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade n. 6.091.773, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n. 011.836.976-86, com endereço profissional na Rua Dr. Renato Paes de Barros n. 750, conjuntos 102/103, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04530-001.	1	1,00
TOTAL	100.000	100.000,00

As quotas de capital que foram transformadas em ações serão integralizadas até 31 de janeiro de 2017.

São Paulo, 30 de setembro de 2016.


BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA
Subscritor


BARBOSA MELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A
Subscritora
rep. por seu Diretor Bruno Costa Carvalho de Sena





BMPI INFRA S.A.
(sucessora de Barbosa Mello Saneamento Ltda)
CNPJ/MF 24.416.909/0001-93

ESTATUTO SOCIAL

(Anexo II da Ata da Assembleia Geral de Transformação de 30 de setembro de 2016)

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1. A Companhia tem a denominação de **BMPI INFRA S.A.**, sendo regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2. A Companhia tem sua sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, 750, Conjunto 101, Bairro Itaim Bibi, CEP 04530-001.

Parágrafo Único. A Companhia poderá abrir filiais e/ou escritórios, a qualquer tempo, no Brasil e/ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria.

Artigo 3. A Companhia tem como objeto social a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresárias, e a realização de investimentos de qualquer espécie e em qualquer setor, o desenvolvimento e participação em projetos, seja pelo regime de prestação de serviços, concessão, parceria público-privada ou qualquer outro, na área de infraestrutura, a prestação de serviços de consultoria e a execução e gestão de projetos e obras.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5. O capital social da Companhia é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A emissão de ações da Companhia para integralização em dinheiro, bens e/ou créditos, far-se-á por deliberação da Assembleia Geral, aplicando-se, quando couber, o disposto no art. 8º da Lei n. 6.404/76.

Parágrafo Segundo. Cada ação ordinária atribuirá ao respectivo titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. As ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação.

Parágrafo Quarto. A titularidade das ações será presumida pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia.

Artigo 6. Em caso de aumento de capital social em decorrência da utilização de reservas e/ou fundos legais ou estatutários, assim como dos lucros que tenham sido, a qualquer título, retidos por decisão da Assembleia Geral, poder-se-á: (i) não emitir novas ações; ou (ii) emitir novas ações, as quais deverão ser distribuídas a todos os acionistas de forma proporcional à respectiva participação no capital social da Companhia.

[Handwritten signatures]





Artigo 7. Os titulares de ações nominativas receberão, relativamente aos resultados do exercício social em que tiverem integralizado tais ações, dividendos proporcionais ao tempo decorrido entre a data da integralização das referidas ações e o término do exercício social.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8. A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em lei, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei n. 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 9. A Assembleia Geral será convocada (i) pelo Presidente do Conselho de Administração; ou (ii) por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração em conjunto; (iii) por qualquer dos Diretores; ou (iv) em suas faltas, pelas pessoas indicadas de acordo com o artigo 123 da Lei n. 6.404/76, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por presidente e secretário escolhidos dentre os acionistas presentes.

Parágrafo Único. Será considerada regular a Assembleia à qual comparecerem todos os acionistas, hipótese em que a convocação prévia será dispensada.

Artigo 10. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou representante legal de instituição financeira.

Parágrafo Único. A prova da representação deverá ser depositada na sede da Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia.

Artigo 11. As matérias que forem submetidas à deliberação da Assembleia Geral serão consideradas aprovadas se contarem com a maioria simples de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, caso maior quórum não seja exigido por lei ou por este Estatuto Social.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua eleição.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Terceiro. Findo o prazo de gestão, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a investidura de novos membros.

Seção I - Conselho de Administração

Artigo 13. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três), e, no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral elegerá, entre os membros do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração.

5



Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, por convocação de seu Presidente ou de qualquer de seus membros. A convocação se fará com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data fixada para a realização da reunião, salvo no caso de manifesta urgência no interesse da Companhia, hipótese em que a convocação se dará com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O aviso de convocação dar-se-á por carta registrada ou protocolada, correio eletrônico, telegrama ou "fac-simile", devendo conter o local, a data, o horário da reunião, bem como a ordem do dia. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 14, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os seus Conselheiros.

Parágrafo Primeiro. A reunião do Conselho de Administração instalar-se-á em primeira convocação com a presença de, no mínimo, a maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número. As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos presentes, observado o disposto no parágrafo abaixo. O Presidente do Conselho terá voto de qualidade.

Parágrafo Segundo. Os membros ausentes poderão ser representados por outro membro do Conselho de Administração, por meio de procuração com poderes suficientes, inclusive para votar e ser votado; "fac-simile" assinado terá valor como outorga de poderes, desde que a via original do instrumento de mandato seja posteriormente arquivada na sede social. O membro constituído procurador do ausente votará em nome próprio, bem como em nome de seu mandante.

Artigo 15. Compete ao Conselho de Administração:

- (i) definir e aprovar seu próprio regimento interno;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;
- (iii) definir a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (iv) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, objetivos e diretrizes, em especial, definindo e aprovando o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, orçamentos anuais e programas anuais de dispêndios e investimentos da Companhia, acompanhando suas implementações;
- (v) avaliar, formalmente, resultados de desempenho da Companhia, do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, individualmente, dos membros de cada um desses órgãos;
- (vi) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do resultado do exercício;
- (vii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (viii) aprovar, previamente, atos que envolvam:
 - (a) contratação de financiamentos ou empréstimos cujos valores isolados sejam superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - (b) alienação de bens do ativo permanente com valor unitário superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - (c) constituição de ônus reais com valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - (d) celebração de quaisquer contratos que contemplem a assunção de obrigação pela Companhia, com valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), inclusive prestação de garantias a coligadas, controladas, sociedade em que a Companhia participe como sócia quotista ou acionista (direta ou indiretamente) e sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia;
 - (e) aquisição, aumento, redução ou venda de participação em outras sociedades ou consórcios;
- (ix) emitir parecer para deliberação pela Assembleia Geral sobre propostas de cisões e fusões;
- (x) escolher e destituir os auditores independentes;
- (xi) decidir sobre a emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior, de quaisquer valores mobiliários, observadas as disposições legais atinentes;
- (xii) manter atualizado o plano de sucessão dos Diretores e demais cargos estratégicos da Companhia;





- (xiii) manifestar-se previamente sobre a proposta da Diretoria relativa a: (a) levantar balanços semestrais a fim de declarar dividendos à conta de lucros neles apurados; (b) levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei n. 6.404/76; (c) declarar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral levantado pela Companhia;
- (xiv) definir e aprovar a Política de Gestão de Riscos da Companhia, acompanhando sua implementação;
- (xv) determinar a contratação dos especialistas e peritos necessários para melhor instruírem as matérias sujeitas às suas deliberações; e
- (xvi) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

Parágrafo Único. As matérias descritas acima requerem a aprovação da maioria simples dos membros efetivamente eleitos para o Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 16. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- (i) presidir as Reuniões do Conselho, tendo voto final em caso de empate;
- (ii) distribuir assuntos de competência do Conselho de Administração entre os membros e Comitês internos, para apresentação do respectivo relatório nas reuniões;
- (iii) submeter à votação do Conselho de Administração as matérias da ordem do dia das reuniões; e
- (iv) coordenar todas as atividades do Conselho de Administração, assessorando seus membros em todos os procedimentos junto à Diretoria, para a consecução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração, inclusive orientando a Diretoria naquilo que for necessário.

Seção II - Diretoria

Artigo 17. A Diretoria será composta por até 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor de Investimentos, residentes no país, acionistas ou não, os quais serão eleitos por deliberação do Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Em ausências ou impedimentos temporários de qualquer dos diretores, este poderá ser substituído por outro diretor da Companhia, de acordo com a sua própria indicação. Em caso de vacância definitiva, o Conselho de Administração será convocado imediatamente para eleição do substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído.

Artigo 18. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais da Companhia e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a tal finalidade, ressalvados os atos de competência da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração, conforme previsto em lei ou neste Estatuto Social.

Artigo 19. A Companhia será representada, em juízo ou fora dele: (i) pelo Diretor Presidente, isoladamente; (ii) por 2 (dois) Diretores, em conjunto; ou (iii) por procuradores nomeados conforme o Parágrafo Primeiro abaixo.

Parágrafo Primeiro. As procurações *ad negotia* outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com um outro Diretor e terão prazo de validade determinado, sendo vedado o substabelecimento, sob pena de nulidade e ineficácia. As procurações *ad judicia* outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos deverão ser assinadas isoladamente por qualquer dos diretores e poderão ter prazo de duração indeterminado, sendo permitido o substabelecimento.

Parágrafo Segundo. Todo e qualquer título, documento ou contrato que importe em responsabilidade ou obrigação para a Companhia, bem como a movimentação de suas contas nos bancos e outros

Handwritten signatures and a circular stamp of the Departamento Jurídico, with the word "VISTO" (Seen) in the center.



estabelecimentos de crédito, somente poderão ser assinados na forma prevista no *caput* e parágrafo primeiro deste artigo, observadas as limitações impostas por este Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro. Independentemente de qualquer outra previsão estabelecida neste Estatuto Social, a Companhia, representada na forma do *caput*, está autorizada a implementar todos os atos necessários para a participação em licitações públicas, incluindo, mas sem se limitar à, celebração de instrumentos de compromisso de participação em consórcio, instrumentos de constituição de consórcio, memorandos de entendimento, acordos de associação, atas de assembleias gerais e de reuniões de quotistas, boletins de subscrição, acordos de acionistas, propostas comerciais, técnicas e de qualquer outra natureza e instrumentos de garantia, salvo com relação à aquisição, aumento, redução ou venda de participação em outras sociedades ou consórcios, a qual dependerá de prévia aprovação do Conselho Administrativo.

Artigo 20. A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, pela assinatura do Diretor Presidente em conjunto com a assinatura do Diretor Administrativo Financeiro ou do Diretor de Investimentos, na prática dos seguintes atos:

- (i) contratação de financiamentos ou empréstimos cujos valores isolados sejam superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (ii) contratação de financiamentos ou empréstimos em moeda estrangeira;
- (iii) alienação de bens do ativo permanente com valor unitário superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (iv) constituição de ônus reais com valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (v) celebração de quaisquer contratos que constituam ônus à Companhia, com valor individual superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por mês e inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), inclusive prestação de garantias a coligadas, controladas, sociedade em que a Companhia participe como sócia quotista ou acionista (direta ou indiretamente) e sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia;
- (vi) orientação do voto da Companhia nas reuniões de sócios-quotistas, alterações de contrato social e nas assembleias gerais de acionistas de outras sociedades das quais a Companhia seja sócia ou acionista, com relação a deliberações que tratem das matérias previstas nos demais itens deste Artigo 20; e
- (vii) aprovar a política de remuneração e benefícios dos empregados da Companhia, bem como decidir sobre qualquer participação dos empregados nos lucros ou resultados da Companhia.

Artigo 21. São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, funcionário ou procurador da Companhia que a envolverem em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhas ao objeto social desta, ou que seja praticado em desconformidade ao estabelecido no presente Estatuto Social.

Artigo 22. São vedadas as concessões de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos ou outras garantias quaisquer, salvo na hipótese de concessão de garantias às empresas subsidiárias, controladas, coligadas ou empresas do mesmo grupo dos Acionistas, quando deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL

Artigo 23. O Conselho Fiscal, órgão não permanente, quando instalado na forma da lei, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observando-se os requisitos e impedimentos na forma do art. 162 da Lei 6.404/76.

Artigo 24. O Conselho Fiscal terá as atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e a remuneração dos seus membros, quando em exercício, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e

Handwritten signatures and a circular stamp of the Department of Legal Affairs (DEPARTAMENTO JURÍDICO) with the word "VISTO" (Seen/Reviewed).



não poderá ser inferior, para cada membro, a 1/10 (um décimo) do pró-labore, que em média, for atribuído a cada Diretor.

9

CAPÍTULO VI - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

Artigo 25. A transferência de ações da Companhia operar-se-á mediante transcrição no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia, ressalvado o direito de preferência dos demais Acionistas.

Artigo 26. O Acionista que desejar transferir suas ações deverá notificar, por escrito, os demais acionistas de sua intenção, que terão 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da referida notificação, para manifestar seu interesse na aquisição das ações, nas mesmas condições ofertadas pelo terceiro interessado: (i) de forma proporcional à respectiva participação no capital social da Companhia e (ii) objeto de sobras decorrentes do não exercício do direito citado no item (i) acima por parte de algum Acionista.

CAPÍTULO VII - ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 27. Os acordos de acionistas, devidamente arquivados na sede da Companhia, que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência na compra das referidas ações, o exercício do direito de voto ou do poder de controle, ou, ainda, outras avenças, serão observados pela Companhia.

Parágrafo Único. As obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos, conforme art. 118 da Lei n. 6.404/76.

CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 28. O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá levantar balanços e demonstrações de resultados intermediários, em periodicidade mensal, trimestral e semestral, preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de lucros apurados com base em tais balanços, inclusive dividendos intermediários e intercalares, na proporção das participações dos Acionistas no capital social da Companhia, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social.

Parágrafo Segundo. Ao fim de cada exercício social, a Administração fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por Lei:

- (i) balanço patrimonial;
- (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- (iii) demonstração do resultado do exercício; e
- (iv) demonstração dos fluxos de caixa.

Artigo 29. Do lucro líquido do exercício: (a) 5% (cinco por cento) serão utilizados na constituição da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei 6.404/76; e (b) 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos Acionistas, na proporção de suas ações, a título de dividendos mínimos obrigatórios. O saldo remanescente terá a destinação





determinada pela Assembleia Geral, podendo ser distribuído entre os Acionistas ou destinado à reserva de lucros estatutária determinada "Reserva de Investimento, Expansão e Capital de Giro", que terá por finalidade reforçar o capital social e de giro da Companhia, além de assegurar investimentos em bens do ativo permanente e projetos de expansão, objetivando assegurar adequadas condições operacionais e de crescimento para a Companhia, que será formada com até 100% (cem por cento) do montante que remanescer após o pagamento dos dividendos e as deduções legais e estatutárias, cujo saldo somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, a reserva de incentivos fiscais e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social. No exercício em que o montante dos dividendos, calculados nos termos do inciso (ii) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei n. 6.404/76.

Artigo 30. O dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando a Assembleia Geral deliberar, sem oposição de quaisquer dos acionistas presentes, a distribuição de dividendos em percentual inferior aos referidos 25% (vinte e cinco por cento) ou mesmo a retenção integral do lucro.

Parágrafo Único. O dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Artigo 31. Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

CAPÍTULO IX - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 32. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 33. Os casos omissos serão regulados pelas disposições vigentes aplicáveis.


CAPÍTULO XI - FORO

Artigo 34. Todo e qualquer controvérsia relacionada ao presente Estatuto Social deverá ser submetida ao foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 30 de setembro de 2016.


BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA
Presidente da AGT e Acionista


MIGUEL LUIZ MORAD NORONHA
Secretário da AGT


BARBOSA MELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A
-Acionista
rep. por seu Diretor Bruno Costa Carvalho de Sena



Visto do Advogado:


Raquel Maria Silva Campos
OAB-MG 108.953





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP



DECLARAÇÃO

Eu, BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA, portador da Cédula de Identidade nº MG6091773, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 01183697686, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa BMPI INFRA S.A., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua Doutor Renato Paes de Barros, 750 , Conjunto 101 , Itaim Bibi, São Paulo, São Paulo, CEP 04530-001, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.


BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA

RG: MG6091773

BMPI INFRA S.A.



continuação

	2015	2014
Ações		
Sisaan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	8.413.844	50
Fundo de Investimentos em Participações Banif Real Estate Brasil	8.413.844	50
	16.827.688	100
2014		
Sisaan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	13.913.844	50
Fundo de Investimentos em Participações Banif Real Estate Brasil	13.913.844	50
	27.827.688	100

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Artigo 183 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Dividendos:** O estatuto determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

Lucro Líquido do exercício	2015	2014
(-) Absorção de Prejuízos Acumulados	5.696	(5.175)
Lucro Líquido após absorção de Prejuízo Acumulado	523	523
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(26)	(26)
Base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	497	497
Dividendos propostos	124	124

14. Receita de venda de unidades: As receitas por incorporação e venda de imóveis estão assim compostas:

Receita por incorporação e venda de imóveis:

	2015	2014
Receita por venda de unidades	43.148	42.082
Receita operacional bruta	43.148	42.082
Tributos sobre venda	(893)	(1.235)
Receita operacional líquida	42.255	40.847

15. Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados: O custo dos imóveis vendidos é composto basicamente pelo pagamento da empreiteira contratada para prestar o serviço de construção do empreendimento. É alocado ao custo utilizando-se do mesmo procedimento da receita.

	2015	2014
Custo de materiais	(19.794)	(17.479)
Custo do terreno	(5.876)	(5.131)
Outros	(7.320)	(6.521)
Encargos financeiros	(1.015)	(707)
Total	(34.005)	(29.838)

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras: Aos Acionistas e Diretores da SPE S.A. - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da SPE S.A. em conformidade com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

	2015	2014
16. Despesas administrativas e gerais:		
Utilidades e serviços públicos	(44)	(637)
Serviços prestados	(522)	(426)
Despesas estruturais	(265)	(365)
Demais	(217)	(224)
	(1.048)	(1.652)
17. Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	1.168	798
Rendimentos aplicação financeira	566	565
Juros ativos	200	162
Descontos obtidos	-	69
Despesas financeiras	(235)	(122)
Juros passivos	(4)	(6)
Despesas bancárias	(231)	(116)
	322	874
18. IRPJ e CSLL: Impostos correntes: O IRPJ e CSLL correntes foram apurados com base nos critérios informados na nota 3(e).		
	2015	2014
Impostos correntes:		
Receita de venda de unidades	2.780	7.330
Base de cálculo reductor de 8% - IRPJ	223	586
Base de cálculo reductor de 12% - CSLL	334	679
Outras receitas	1.028	731
Base de cálculo total - IRPJ	1.251	1.317
Base de cálculo total - CSLL	1.362	1.610
IRPJ - 25%	(239)	(305)
CSLL - 9%	(123)	(145)
Receita de vendas de unidades - Base RET	48.164	24.212
IRPJ - RET - 1,25%	(607)	(305)
CSLL - RET - 0,66%	(916)	(160)
Total IRPJ no exercício	(843)	(465)
Total CSLL no exercício	(441)	(305)
Impostos diferidos: Os impostos e contribuições sociais são diferidos em função das diferenças temporárias apuradas sobre as receitas de vendas de unidades conforme OPCPC 04. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os impostos diferidos constituídos foram:		
	2015	2014
Reconhecimento da receita-OPCPC 04	(5.684)	11.910
Base de cálculo reductor de 8% - IRPJ	(471)	953
Base de cálculo reductor de 12% - CSLL	(706)	1.429
IRPJ - 25%	(47)	(224)
CSLL - 9%	64	(128)
Receita de venda de unidades - Base RET	(1.916)	(1.370)

Impostos diferidos: Os impostos e contribuições sociais são diferidos em função das diferenças temporárias apuradas sobre as receitas de vendas de unidades conforme OPCPC 04. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os impostos diferidos constituídos foram:

	2015	2014
Reconhecimento da receita-OPCPC 04	(5.684)	11.910
Base de cálculo reductor de 8% - IRPJ	(471)	953
Base de cálculo reductor de 12% - CSLL	(706)	1.429
IRPJ - 25%	(47)	(224)
CSLL - 9%	64	(128)
Receita de venda de unidades - Base RET	(1.916)	(1.370)

A Diretoria

Avaliação dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia

0046 São Paulo, 126 (226) - 7-REG CIVIL

BR LUND
DE
COMARCA
DE
LEOPOLDO
1

19. Outras informações: A Cobertura de seguros: A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2015, a cobertura de seguros era composta por R\$ 250.000,00 para danos materiais e R\$ 100.000,00 para responsabilidade civil. **Instrumentos financeiros:** A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não relacionados nas demonstrações financeiras, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. **Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2015 e 2014 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Caixa e equivalentes de caixa** (Nota Explicativa nº 4): o valor de mercado desses ativos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **Fornecedores e Adiantamentos de clientes:** o valor de mercado desses passivos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado. **Empréstimos e financiamentos:** após o reconhecimento inicial, foram mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária foram reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de despesas financeiras. **Tensões com partes relacionadas:** As partes relacionadas da Companhia estão compostas pela Sisaan Empreendimentos Imobiliários Ltda., o Fundo de Investimentos em Participações Banif Real Estate Brasil, acionistas da Companhia, bem como as empresas que fazem parte de seus respectivos grupos societários e seus administradores. As transações com partes relacionadas mantida pela Companhia em 31/12/2015 e 2014, refere-se a contrato de prestação de serviços de gestão técnica e financeira com a relacionada Sisaan Empreendimentos Imobiliários Ltda. que inclui a prestação de serviços jurídicos-administrativos, acompanhamento e análise do projeto, publicidade e gestão comercial, coordenação da cobrança, atendimento aos promissários compradores, elaboração de controles financeiros, gestão do financiamento, etc. A base de remuneração está vinculada a 1% do rendimento bruto mensal do VGV - Valor Geral de Vendas. No exercício de 2015, o saldo decorrente dessa operação registrada sob a rubrica "Unidades em construção" foi de R\$ 849 (R\$ 722 em 2014) alocado ao Custo dos Imóveis vendidos pelo mesmo procedimento da receita.

São Paulo, 08 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes **Ederson Rodrigues de Carvalho**
CRC 2SP014428/O-6 **Contador CRC 1SP199028/O-1**

Agro Química Maringá S.A.
CNPJ/MF 61.990.161/0001-54 - NIRE 35.300.069.153
Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.10.2016.

1-Dia, Hora e Local: Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de 2016, às 10:00 (dez horas), em sede social, à Rua Álvares Cabral nº 1210 Bairro Serraria, Diadema, Estado de São Paulo, CEP 09940-160. **2-Convocação e Publicação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976. **3-Presença:** Foi verificada a presença de Acionistas, representando a totalidade do Capital Social, conforme registro em Livro próprio. **4-Mesa:** Presidente: Jacques Mosseri; Secretário: Edson Cordeiro Neves; **5-Ordem do dia:** A) Distribuição de Dividendos. B) Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações:** Foi aprovada a lavratura da presente ata em forma sumária, conforme faculta o artigo 130, §1º da Lei 6404/76. Todas as matérias da Ordem do Dia foram postas em discussão e votação, tendo sido aprovadas pelos acionistas presentes, por unanimidade. **A) Por unanimidade de votos e sem restrições os acionistas deliberaram o seguinte:** Aprovar a distribuição de dividendos por conta da Reserva de Lucros o valor de R\$ 200.000,00. (Vinte milhões de reais), para serem pagos a partir do dia 26/10/2016. **B) Nenhum outro assunto a tratar. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada: Silvano Participações Ltda., representada por Jacques Mosseri; Jacques Mosseri; Umberto Silvano Mosseri; Ilana Mosseri Kaufman; Monelle Mosseri; Edson Cordeiro Neves; Adilson Luiz Samaha de Faria; Thiago Jacques Mosseri; Martina Mosseri Scatigno; Yasmin Mosseri; Raphael Mosseri Kaufman; Steffi Mosseri Kaufman e Thali Mosseri Kaufman. Presidente da Mesa: Jacques Mosseri; Secretário da Mesa: Edson Cordeiro Neves. Diadema, 25 de outubro de 2016. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Presidente da Mesa: Jacques Mosseri. JUCESP nº 487.652/16-2 em 10/11/2016. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 08.312.229/0001-73 - NIRE 35.300.334.345
Companhia Aberta
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 09 de Novembro de 2016

09.09.2016, Hora e Local: Aos 09 dias do mês de Novembro de 2016, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente - Ernesto Zarzur; Secretário - Antonio Emilio C. Fugazza. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre os resultados das operações da Companhia relativos ao terceiro trimestre do exercício social de 2016. **Deliberações:** Após exame e discussão, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos, aprovar os resultados das operações da Companhia relativos ao terceiro trimestre do exercício social de 2016. **Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura Da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Ernesto Zarzur - Presidente, Antonio Emilio C. Fugazza - Secretário. **Conselheiros:** Ernesto Zarzur, Samir Zakkhori El Tayyar, Flavio Ernesto Zarzur, Silvio Ernesto Zarzur, Nelson de Sampaio Bastos, Mario Guy de Faria Mariz e Gustavo Junqueira. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, São Paulo, 09 de novembro de 2016. Antonio Emilio C. Fugazza. JUCESP nº 498.278/16-8 em 22/11/16. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária-Geral.

AKM - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
CNPJ nº 61.531.794/0001-04 - NIRE nº 35300330609
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 20/10/16, às 15h, na sede social, na Alameda Santos 950, 19º andar, Conjunto 1910, São Paulo-SP. **Convocação:** Publicada no DOESP e no Jornal Empresa & Negócios, nos dias 01, 04 e 05/10/16. **Presença:** Totalidade. Mesa: Presidente: Amrânkis Kissejikian; Secretário: André Kissejikian. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** i) O aumento do capital social da Companhia dos atuais R\$ 5.200.000,00 para R\$ 15.200.000,00 mediante subscrição em dinheiro no valor de R\$ 10.000.000,00, com emissão de 10.000.000 de novas ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, na proporção que cada acionista possuir, com a integralização de 10% no ato da subscrição e o restante no prazo de até 12 meses. Estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital, os mesmos aceitaram expressamente, do prazo de 30 dias para manifestação de seu direito de preferência, renunciando que, pretendem, subscrever o aumento do Capital Social, e que as eventuais frações de ações se houverem ocorridas entre eles. **Apresentado o boletim de subscrição,** verificou-se que o aumento do Capital Social no valor de R\$ 10.000.000,00, havia sido totalmente subscrito conforme consta da relação que foi submetida à votação, sendo a mesma aprovada. Em seguida, o Sr. Presidente declarou homologado a elevação do Capital Social de R\$ 5.200.000,00 para R\$ 15.200.000,00 na forma proposta e aprovada. ii) Alterado o "caput" do Artigo 5º do Estatuto Social, o qual passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 15.200.000,00, dividido em 15.200.000 ações ordinárias, todas nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 real cada uma." **Encerramento:** Formalidade legal registrada na JUCESP nº 472.331/16-1 em 07/11/16. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo - Edital de Convocação - Assembleias Extraordinárias Setoriais. O presidente da entidade, no uso de suas atribuições convoca todos os empregados da empresa CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S/A, para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas nos seguintes locais e datas: 1) No dia 12 de dezembro de 2016, às 14h, no local de trabalho, não havendo o quórum necessário com qualquer 029-704 de No dia 12 de dezembro de 2016, às 14h, no local de trabalho, não havendo o quórum necessário com qualquer 029-704 de No dia 12 de dezembro de 2016, às 14h, no local de trabalho, não havendo o quórum necessário com qualquer 029-704 de

JUCESP S.A.
CNPJ nº 35.300.172.841
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 10/12/2016, às 08:00 h, na sede social, situada na Avenida Paulista, 1.765 - 9º andar - conjunto 91 - sala B, SP/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Eleição da Diretoria; 2) Aprovação das Demonstrações Financeiras, São Paulo, 30/11/2016. A Diretoria.

COMFRO SOLUCOES LOGISTICAS S/A
CNPJ nº 01.413.969/0001-57
ANÚNCIO DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A administração da COMFRO SOLUCOES LOGISTICAS S/A ("Companhia"), com endereço em sua sede situada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal, nº 1422, Anexo A, Distrito Industrial III, CEP: 14707-004, convoca os seus acionistas, conforme disposto nos artigos 123 e 124, § 1º da Lei nº 6.404/76 e no art. 30º do Estatuto Social, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2016, com primeira chamada às 08h30 e segunda chamada às 09h, respectivamente, no endereço de sua sede, situada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal, nº 1422, Anexo A, Distrito Industrial III, CEP: 14707-004, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social com restituição de valores aos acionistas; (ii) consolidação do estatuto Social; e (iii) a autorização para a prática de todos os atos necessários pelos administradores da Companhia a fim de efetivamente se cumprir e se as deliberações tomadas na assembleia geral extraordinária. Os acionistas presentes à assembleia deverão provar sua condição na forma prevista no Art. 126 da Lei 6.404/76. O Acionista que será representado por procurador deverá depositar na sede social os respectivos instrumentos e mandato e de representação na data da realização da Assembleia. São Paulo, 30 de novembro de 2016. SEBASTIÃO MARCOS POPIK - Presidente do Conselho de Administração.

Fundação Zerbini
CNPJ:50.644.053/0001-13
Aviso de Licitação

A Fundação Zerbini torna público o Processo 1909/16 PP 095/16 - Aquisição de Materiais de Uso Técnico Hospitalar, para a Unidade Instituto do Coração do HCFMUSP - Sessão 22/12/16 09:00 horas. O edital poderá ser obtido na íntegra no site www.zerbini.org.br. São Paulo, 01 de Dezembro de 2016. Valmir dos S. Oliveira e/ou Angela S. Oliveira

Cobansa Companhia Hipotecária
CNPJ nº 53.263.331/0001-80 - NIRE 35300166211
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 25.04.2016

Data, Hora, Local: 25.04.2016, às 10h, sede Social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.912 - 17º andar - conjuntos 1 e 2 - Jardim Paulistano, São Paulo-SP. **Presença:** Totalidade dos acionistas. Mesa: Presidente: Roberto Sérgio Abdalla; Secretária: Graziela Andrada Ribeiro. **Deliberações aprovadas:** 1. As demonstrações financeiras do exercício de 31.12.2015, publicados no DOESP e jornal "Empresas & Negócios", de 05.04.2016; 2. O saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício foi compensado com os prejuízos acumulados de exercícios anteriores. 3. Eleição da diretoria, com a remuneração anual global de até R\$800.000,00, a saber: **Diretor Presidente:** Roberto Sérgio Abdalla, brasileiro, divorciado, empresário, RG nº 11.329.836-SSP-SP e CPF nº 052.084.198-07; e **Diretor (Sem Designação Especial):** Marco Antonio Moura, brasileiro, solteiro, maior, empresário civil, RG nº 6.713.482-8-SSP-SP e CPF nº 076.407.118-19, ambos residentes em São Paulo-SP. 3.1. O Diretor Presidente Roberto Sérgio Abdalla acumulou as funções do cargo vago de Diretor Administrativo, que será preenchido oportunamente. 3.2. O mandato dos diretores se estenderá até a posse dos que foram eleitos na AGO de 2016, os quais declaram que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a Ata. São Paulo, 25.04.2016. Presidente: Roberto Sérgio Abdalla; Secretária: Graziela Andrada Ribeiro. Acionistas: GCCH Holding Financeira Ltda., por seu diretor Roberto Sérgio Abdalla; Roberto Sérgio Abdalla; e João Bortolin. JUCESP nº 489.840/16-4 em 17.11.2016. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Novas Administração e Participações Eireli
CNPJ nº 11.265.133/0001-78 - NIRE 35.600.118.257
REDUÇÃO PARCIAL DO CAPITAL SOCIAL

NOVAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIRELI, Rua Antônio Barleta, nº 90, São Paulo, SP, registrada na JUCESP sob NIRE 35.600.118.257, em 27/02/2012, vem a público divulgar, por Decisão do Titular realizada em 18/11/16, a redução parcial do capital social em R\$400.000,00, com o cancelamento de 400.000 quotas e restituição de capital à titular Laila Helena Roque Novais, mediante transferência do imóvel com sede na Rua Antônio Barleta, nº 90, Vila Madalena, São Paulo/SP, objeto da matrícula 18.926 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Titular: Laila Helena Roque Novais.

(sucessora de Barbosa Mello Saneamento Ltda). CNPJ/MF 24.416.909/0001-93
Ala de Assembleia Geral de Transformação

parar para deliberação pela Assembleia Geral sobre propostas de créditos e fusões; (x) escolher e destituir os auditores independentes; (xi) decidir sobre a emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior, de quaisquer valores mobiliários, observadas as disposições legais aplicáveis; (xii) manter atualizado o plano de sucessão dos Diretores e demais cargos estratégicos da Companhia; (xiii) manifestar-se previamente sobre a proposta da Diretoria relativa a: (a) levantar balanços semestrais a fim de declarar dividendos à conta de lucros reais apurados; (b) aprovar balanço e demonstrações intermediárias em períodos menores, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre de exercício social não exceda o valor de reserva de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76; (c) declarar dividendos intermediários à conta de lucros reais; (d) aprovar o Plano de Dividendos existentes no último balanço anual ou semestral levantado pela Companhia; (xiv) definir e aprovar a política de Gestão de Riscos da Companhia, acompanhando sua implementação; (xv) determinar a contratação dos especialistas e peritos necessários para melhor instruir em matérias sujeitas às suas deliberações; e (xvi) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia. **Parágrafo Único.** As matérias descritas acima requerem a aprovação da maioria simples dos membros efetivamente eleitos para o Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 16.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: (i) presidir as Reuniões do Conselho, tendo voto final em caso de empate; (ii) distribuir assuntos de competência do Conselho de Administração entre os membros e Comitês internos, para apresentação do respectivo relatório nas reuniões; (iii) submeter à votação do Conselho de Administração as matérias da ordem do dia das reuniões; e (iv) coordenar todas as atividades do Conselho de Administração, assessorando seus membros em todos os procedimentos junto à Diretoria, para a consecução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração, inclusive incluindo a Diretoria, quando necessário. **Seção II - Diretoria.** **Artigo 17.** A Diretoria será composta por até 3 (três) membros sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor de Investimentos, residentes no país, acionistas ou não, os quais serão eleitos por deliberação do Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos para o mesmo cargo. O mandato de cada Diretor da Diretoria será de 2 (dois) anos, podendo ser substituído por outro Diretor da Companhia, de acordo com a sua própria indicação. Em caso de ausência ou impedimento do Conselho de Administração será convocado imediatamente para eleição do substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído. **Artigo 18.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais da Companhia e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à tal finalidade, ressalvados os atos de competência da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração, conforme previsto em lei ou neste Estatuto Social. **Artigo 19.** A Companhia será representada, em juízo ou fora dele: (i) pelo Diretor Presidente, isoladamente; (ii) por 2 (dois) Diretores, em conjunto; ou (iii) por procuradores nomeados conforme o Parágrafo Primeiro abaixo. **Parágrafo Primeiro.** As procurações ad negocia outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com um outro Diretor e terão prazo de validade determinado, sendo vedado o subestabelecimento, sob pena de nulidade e ineficácia. As procurações ad judícia outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos deverão ser assinadas isoladamente por qualquer dos diretores e poderão ter prazo de duração indeterminado, sendo permitido o subestabelecimento. **Parágrafo Segundo.** Todo e qualquer título, documento ou contrato que importe em responsabilidade ou obrigação patrimonial da Companhia perante terceiros ou de sua companhia matriz e outros estabelecimentos de crédito, somente poderão ser assinados na forma prevista neste capítulo e parágrafo primeiro. Os títulos, documentos e obrigações impostas por este Estatuto Social, Parágrafo Terceiro, independentemente de qualquer forma de estabelecimento neste Estatuto Social, a Companhia, representada na forma do caput, está autorizada a implementar todos os atos necessários para a participação em licitações públicas, incluindo, mas sem se limitar à, celebração de instrumentos de compromisso de participação em consórcio, instrumentos de constituição de consórcio, memorandos de entendimento, acordos de associação, atas de assembleias gerais e de reuniões de quotistas, boletins de subscrição, acordos de acionistas, propostas comerciais, técnicas e de qualquer outra natureza e instrumentos de garantia, salvo com relação à aquisição, aumento, redução ou venda de participação em outras sociedades ou consórcios, a qual dependerá de prévia aprovação do Conselho Administrativo. **Artigo 20.** A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, pela assinatura do Diretor Presidente em conjunto com a assinatura do Diretor Administrativo Financeiro ou do Diretor de Investimentos, na prática dos seguintes atos: (i) contratação de financiamentos ou empréstimos cujos valores isolados sejam superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (ii) contratação de financiamentos ou empréstimos em moeda estrangeira; (iii) emissão de qualquer ativo permanente com valor individual superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (iv) emissão de qualquer ativo circulante com valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (v) celebração de qualquer contrato que constitua dívida à Companhia, com valor individual superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por mês e inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), inclusive prestação de garantias a coligadas, controladas, sociedade em que a Companhia participe como sócia quotista ou acionista (direta ou indiretamente) e sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia; (vi) orientação do voto da Companhia nas reuniões de sócios-quotistas, alterações de contrato social e nas assembleias gerais de acionistas de outras sociedades das quais a Companhia seja sócia ou acionista, com relação a deliberações que tratem das matérias previstas nos demais itens deste Artigo 20; e (vii) aprovar a política de remuneração e benefícios dos empregados da Companhia, bem como decidir sobre qualquer participação dos empregados nos lucros ou resultados da Companhia. **Artigo 21.** São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, funcionário ou procurador da Companhia que a envolverem em qualquer obrigação patrimonial a negócios ou operações estranhas ao objeto social desta, ou que seja praticado em desconformidade com a legislação aplicável, em especial a Lei nº 22.901/2006, incluindo, mas sem se limitar a, concessões de garantias em favor de terceiros, tais como: fianças, aval, endossos ou outras formas de garantia, bem como concessão de garantias às empresas subsidiárias, controladas, coligadas ou empresas do mesmo grupo das quais a Companhia, quando deverá ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. **Capítulo V - Conselho Fiscal.** **Artigo 22.** O Conselho Fiscal, órgão não permanente, quando instalado na forma da lei, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observando-se os requisitos e impedimentos na forma do artigo 182 da Lei 6.404/76. **Artigo 24.** O Conselho Fiscal terá as atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e a remuneração de seus membros, quando em exercício, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro, a 1/10 (um décimo) do pró-labore, que em média, for atribuído a cada Diretor. **Capítulo VI - Cessão e transferência de Ações.** **Artigo 25.** A transferência de ações da Companhia operar-se-á mediante transcrição no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia, ressalvado o direito de preferência dos demais Acionistas. **Artigo 26.** O Acionista que desejar transferir suas ações deverá notificar, por escrito, os demais acionistas de sua intenção, que terão 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da referida notificação, para manifestar seu interesse na aquisição das ações, na forma estabelecida no presente capítulo e parágrafo primeiro. **Artigo 27.** O exercício do direito de preferência de aquisição das ações da Companhia e (ii) objeto de sobras de dividendos, no caso de observância do disposto no item (i) acima por parte de algum Acionista. **Capítulo VII - Acordos de Acionistas.** **Artigo 27.** Os acordos de acionistas, quando registrados na sede da Companhia, que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência na compra das referidas ações, o exercício do direito de voto ou do poder de controle, ou, ainda, outras vantagens, serão observados pela Companhia. **Parágrafo Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos, conforme artigo 118 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo VIII - Exercício Social, Reservas e Destinação dos Lucros.** **Artigo 28.** O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá levantar balanços e demonstrações de resultados intermediários, em periodicidade mensal, trimestral e semestral, preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de lucros apurados com base em tais balanços, inclusive dividendos intermediários e intercalares, na proporção das participações dos Acionistas no capital social da Companhia e depositar os lucros quando a distribuição atetar o capital social. **Parágrafo Segundo.** Ao fim de cada exercício social, a Companhia deverá elaborar as demonstrações financeiras, os balanços e demonstrações de resultados financeiros, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por Lei; (i) o balanço patrimonial; (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (iii) demonstração do resultado do exercício; e (iv) demonstração dos fluxos de caixa. **Artigo 29.** Do lucro líquido do exercício: (a) 5% (cinco por cento) serão utilizados na constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei 6.404/76; e (b) 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos Acionistas, na proporção de suas ações, a título de dividendos mínimos obrigatórios. O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, podendo ser distribuído entre os Acionistas ou destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento, Expansão e Capital de Giro", que terá por finalidade reforçar o capital social e de giro da Companhia, além de assegurar investimentos em bens do ativo permanente e projetos de expansão, objetivando assegurar adequadas condições operacionais e de crescimento para a Companhia, que será formada com até 100% (cem por cento) do montante que remanescer após o pagamento dos dividendos e as deduções legais e estatutárias, cujo saldo somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a serem utilizadas para a constituição da reserva legal, a ser usada para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social. No exercício seguinte, a Assembleia Geral poderá, em qualquer momento (ii) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, em qualquer momento dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros para realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 30.** O dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando a Assembleia Geral deliberar, sem oposição de quaisquer dos acionistas presentes, a distribuição de dividendos em percentual inferior aos referidos 25% (vinte e cinco por cento) ou mesmo a retenção integral do lucro. **Parágrafo Único.** O dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. **Artigo 31.** Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia. **Capítulo IX - Dissolução e Liquidação.** **Artigo 32.** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação. **Capítulo X - Disposições gerais.** **Artigo 33.** Os casos omissos serão regulados pelas disposições vigentes aplicáveis. **Capítulo XI - Foro.** **Artigo 34.** Todo e qualquer controvérsia relacionada ao presente Estatuto Social ou qualquer outro instrumento de natureza jurídica da Companhia, do São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. São Paulo, 18 de maio de 2016. **Artigo 35.** **Assinaturas:** **Artigo 36.** **Assinaturas:** **Artigo 37.** **Assinaturas:** **Artigo 38.** **Assinaturas:** **Artigo 39.** **Assinaturas:** **Artigo 40.** **Assinaturas:** **Artigo 41.** **Assinaturas:** **Artigo 42.** **Assinaturas:** **Artigo 43.** **Assinaturas:** **Artigo 44.** **Assinaturas:** **Artigo 45.** **Assinaturas:** **Artigo 46.** **Assinaturas:** **Artigo 47.** **Assinaturas:** **Artigo 48.** **Assinaturas:** **Artigo 49.** **Assinaturas:** **Artigo 50.** **Assinaturas:** **Artigo 51.** **Assinaturas:** **Artigo 52.** **Assinaturas:** **Artigo 53.** **Assinaturas:** **Artigo 54.** **Assinaturas:** **Artigo 55.** **Assinaturas:** **Artigo 56.** **Assinaturas:** **Artigo 57.** **Assinaturas:** **Artigo 58.** **Assinaturas:** **Artigo 59.** **Assinaturas:** **Artigo 60.** **Assinaturas:** **Artigo 61.** **Assinaturas:** **Artigo 62.** **Assinaturas:** **Artigo 63.** **Assinaturas:** **Artigo 64.** **Assinaturas:** **Artigo 65.** **Assinaturas:** **Artigo 66.** **Assinaturas:** **Artigo 67.** **Assinaturas:** **Artigo 68.** **Assinaturas:** **Artigo 69.** **Assinaturas:** **Artigo 70.** **Assinaturas:** **Artigo 71.** **Assinaturas:</**

**DOCUMENTO
AUTENTICADO NO
VERSO**

BMP INFERA S.A.

CNPJ /MF nº 24.416.909/0001-00
NIRE 35300498186JUCESP PROTOCOLO
0.573.575/20-4**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2020**

Data, Hora e Local: 30 de julho de 2020, às 15h, na sede social da Companhia, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, Conjunto 101, Bairro Itaim Bibi, CEP 04530-001.

Convocação: Dispensada em razão da presença da totalidade dos conselheiros, conforme dispõe o art. 14 do seu Estatuto.

Presença: Presente todos os conselheiros, conforme assinatura na presente Ata

Mesa: Presidente: Sr. Guilherme Moreira Teixeira; Secretária: Sra. Alicia Maria Gross Figueiró.

Ordem do Dia: Eleger os Diretores Presidente, Administrativo-Financeiro e de Investimento para o biênio 2020 a 2022.

Deliberações Tomadas Por Unanimidade: Instalada a reunião, foi aprovada, por unanimidade de votos a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos. Após discutirem a matéria da Ordem do Dia, considerando o disposto no art. 15, item (ii), do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, aprovaram:

- (i) A eleição do Sr. **BRUNO COSTA CARVALHO DE SENA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 6.091.773 – SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.836.976-86, com endereço na Rua Tuim, nº 186, Apto. 41, Bairro Moema, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04514-100, para o cargo de **Diretor Presidente**;
- (ii) A eleição da Sra. **ALÍCIA MARIA GROSS FIGUEIRÓ**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade nº MG 2.093.810 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 556.869.236-04, com endereço na Rua Ouro Preto, nº 1.523, Apto. 1201, Bairro Santo Agostinho, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.170-041, para ocupar o cargo de **Diretora Administrativo-Financeiro**; e
- (iii) A eleição do Sr. **MIGUEL LUIZ MORAD NORONHA**, brasileiro, casado, geólogo, portador da Carteira de Identidade nº 7.536.364 – SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.029.008-11, com endereço na Rua Edson, nº 640, Bloco B, Apto. 181B, Bairro Campo Belo, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04618-032, para ocupar o cargo de **Diretor de Investimentos**.

Os diretores ora eleitos tomam posse neste ato e, para os efeitos do disposto no art. 35, II, da Lei nº 8.934, de 18/11/94, bem como do disposto no inciso II, do artigo 53 do Decreto nº 1.800, de 30/01/96, e no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declaram que (i) não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro



nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, ou a pena ou condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou que os impeça de exercer atividades empresariais ou a administração de sociedades empresariais; (ii) possuem reputação ilibada; e (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm interesse conflitante com o da Companhia. Para os fins do art. 149, §2º, da Lei nº 6.404/76, declaram que receberão eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de suas gestões nos endereços indicados acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Os mandados terão duração de dois anos, iniciando-se nesta data e encerrando em 30 de julho de 2022.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da ata, em livro próprio, a qual, logo após, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio, a qual será levada a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

São Paulo, 30 de julho de 2020.

[Assinatura]

Guilherme Moreira Teixeira
Presidente da RCA e Conselheiro

[Assinatura]

Alicia Maria Gross Figueiró
Secretária da RCA e Conselheira

[Assinatura]

Rosângela Duarte Campos Pezzi
Conselheira

[Assinatura]

Bruno Costa Carvalho de Sena
Diretor Presidente eleito

[Assinatura]

Alicia Maria Gross Figueiró
Diretora Administrativo-Financeiro eleita

[Assinatura]

Miguel Luiz Morad Noronha
Diretor de Investimento eleito



0.774.394/20-1

CNPJ nº 91.983.056/0001-49 - NIRE nº 3530045422-7

Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada no dia 22 de Julho de 2020.

I. Data, Hora e Local: No dia 22 de julho de 2020, às 9h45min, por meio de vídeo conferência, li. Convocação: Encaminhada em 16 de julho de 2020, às 12h30min, pelo Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, Sr. André Luis Paz Acosta, para a presente reunião, a seguinte pauta: 1. Ordem do Dia: 1º. O Diretor Administrativo e Financeiro da Kepler Weyer S/A, Vt. Deliberação: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, foi deliberado por unanimidade, reeleger para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Kepler Weyer S/A o Sr. André Luis Paz Acosta, brasileiro, nascido em 14/09/1963, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, formado em ciências jurídicas, com domicílio na Rua Holandesa, nº 100, bairro de São Francisco, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nº 000, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00295578550, emitida pelo Detran/RS em 22/01/2020, da Cédula de Identidade nº 270259338638, expedida em 14/08/2017 pelo SSP/RS, e do CPF nº 338.800.510-20. Foi cumprida a informação do artigo 4º da Instrução CVM nº 367/02, os requisitos do artigo 147 da Lei 6.404/78, e o artigo 35, II, da Lei 6.367/04, reconhecido o candidato como cumpridor dos requisitos legais.

O Diretor eleito declarou não estar impedido para o exercício de atividades de natureza financeira, de administração, de controle ou de fiscalização, nos termos do § 1º e 2º, da Lei nº 6.404/78, assinando a presente ata e a declaração, arquivada na sede da Companhia. O Diretor ora reeleito terá mandato de dois anos a partir de 14 de agosto de 2020, e tomará posse por termo, na forma da Lei. A remuneração obedecerá à verba global fixada na Assembleia Geral Ordinária. VII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e aprovada pelos presentes, encerrando-se os trabalhos. Assinaturas: Marcelo Guimarães Lopes Lima, Presidente do Conselho de Administração; Karine Olczewski, Secretária; e Adriano de Souza, Diretor Administrativo e Financeiro da Kepler Weyer S/A. Assinaturas: Marcelo Guimarães Lopes Lima, Presidente do Conselho de Administração, Bruno Bianco Neto, Camilo Buzzi, Maria Guisela Brochado Heller Brito, Mike Feix Neto, Rafael Maisonnave, todos Conselheiros, e Karine Olczewski, Secretária. Declaração: Declaramos que a presente ata é cópia fiel da lavrada nos livros próprios da sociedade. São Paulo/SP: 22 de julho de 2020. Marcelo Guimarães Lopes Lima - Presidente do Conselho de Administração; Karine Olczewski - Língua Portuguesa - Secretária; Adriano de Souza - Diretor Administrativo e Financeiro. OAB/SP 94.334 - CPF 033.675.820-68. JUCESP nº 33.698.020-50 28/08/2020. G3333. Síntese Simoes Chaves - Secretária Gm.

0051



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREIORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito de Dr. Lund

Autentico este documento, composto de 02 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Dr. Lund/Pedro Leopoldo-MG, 22 de junho de 2021

D. Conceição

SELO DE CONSULTA: DUB19654
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0777.8068.3619.5692

Quantidade de atos praticados: 02
Ato(s) praticado(s) por: Danielle da Conceição - Substituta

Emol.: R\$ 11,64 - Tx.Judic.: R\$ 3,62 - Total: R\$ 15,26 - ISS: R\$ 0,00

Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br/>

Nº DA ETIQUETA: AAS855590

JUCESP

22 OUT 2020

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESPCERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMEROGISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

446.337/20-1



JUCESP



BMPI INFRA S.A

CNPJ/MF - 24.416.909/0001-93

NIRE JUCESP - 3530049818-6

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA DA
BMPI INFRA S/A

Data, hora e local: 04 de setembro de 2020, às 16:00, na sede social da Companhia, situada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, Conjunto 101, Bairro Itaim Bibi, em São Paulo, estado de São Paulo.

Aviso aos acionistas e convocação: Dispensados nos termos do artigo 133, § 4º, da Lei 6.404/76.

Presença: presentes todos os acionistas da Companhia.

Mesa: Bruno Costa Carvalho de Sena e Alexandre Abreu Lobato, Presidente e Secretário, respectivamente.

Ordem do dia: (I) Eleger os Membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato de dois anos.

Deliberações: Os acionistas aprovaram por unanimidade:

(i) A eleição dos seguintes Conselheiros para o período de 2020 a 2022:

- a) **Guilherme Moreira Teixeira**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 40.438/D, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF sob o nº 518.362.976-53;
- b) **Alícia Maria Gross Figueiró**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade MG-2.093.810, expedida pela PIC/MG, inscrita no CPF sob o nº 556.869.236-04; e
- c) **Rosângela Duarte Campos Pezzi**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Carteira de Identidade Profissional nº 46.865, expedida pela OAB/MG, inscrita no CPF sob o nº 625.775.656-15;

todos com endereço profissional à Rua Paraíba, nº 1.124, Bairro Savassi, Belo Horizonte, MG, CEP 30.130-145;

(ii) Os membros do Conselho de Administração Diretores ora eleitos tomam posse nesse ato e, para os efeitos do disposto no inciso II do art. 35, da Lei n. 8.934, de 18/11/94, bem como para os efeitos do disposto no inciso II do art. 53 do Decreto n. 1.800, de 30/01/96,

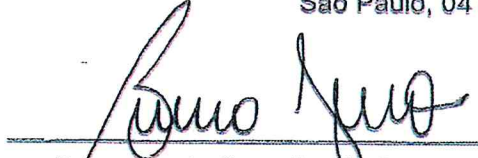


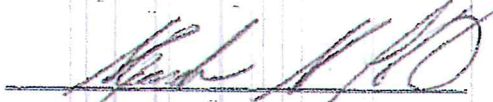
declaram que (i) não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena ou condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou que os impeça de exercer atividades empresariais ou a administração de sociedades empresariais; (ii) possuem reputação ilibada; e (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm interesse conflitante com o da Companhia. Para os fins do art. 149, § 2º, da Lei nº 6.404/76, declaram que receberão eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de suas gestões nos endereços indicado acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia. Os membros do Conselho de Administração neste ato renunciam ao direito a percepção de rendimentos;

(iii) A lavratura da presente Ata sob a forma de Sumário.


Encerramento: Lavrada a presente ata na forma sumária que é cópia fiel da transcrita em livro próprio, assinada pelos acionistas, Guilherme Moreira Teixeira, Carlos Moreira Teixeira, Beatriz Teixeira Siqueira, Helena Teixeira Rios, Andrea Fátima Campello Coelho Couri, Alicia Maria Gross Figueiró, Bruno Costa Carvalho de Sena, ALMPS Participações Ltda. (neste ato representada por seu sócio, Alexandre Abreu Lobato), ENMOL Participações Ltda. (neste ato representada por sua sócia Mônica Abreu Lobato) e HEFE Participações Ltda. (neste ato representada por sua sócia Cláudia Abreu Lobato Ferreira e Souza) e será arquivada na Junta Comercial do estado de São Paulo para todos os fins legais.

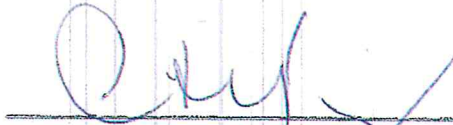
São Paulo, 04 de setembro de 2020.


Bruno Costa Carvalho de Sena
Acionista, Diretor e Presidente da AGO


Alexandre Abreu Lobato
Secretário da AGO

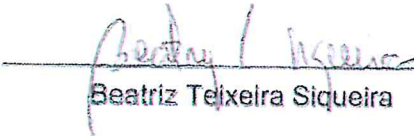
Acionistas:


Guilherme Moreira Teixeira


Carlos Moreira Teixeira



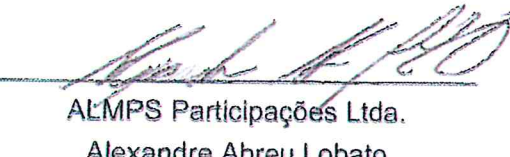


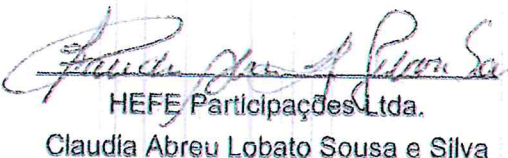

Beatriz Teixeira Siqueira

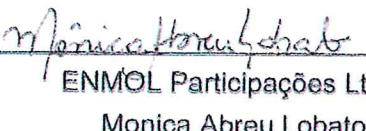

Helena Teixeira Rios


Maria Regina Resende Teixeira


Alicia Maria Gross Figueiro

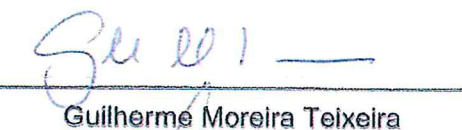

ALMPS Participações Ltda.
Alexandre Abreu Lobato


HEFE Participações Ltda.
Claudia Abreu Lobato Sousa e Silva

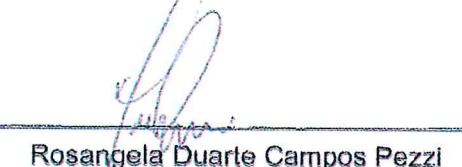

ENMOL Participações Ltda.
Monica Abreu Lobato


Andrea Fátima Campello Coelho Couri

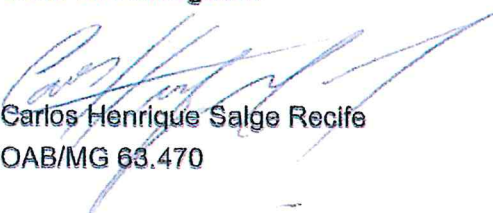
Conselheiros empossados:


Guilherme Moreira Teixeira


Alicia Maria Gross Figueiró


Rosangela Duarte Campos Pezzi

Visto do Advogado:


Carlos Henrique Salge Recife
OAB/MG 63.470

(Página de assinaturas da Ata de Assembléia Geral Extraordinária da BMPI Infra S/A,
datada de 04 de setembro de 2020.)



0055



CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os senhores Sergio Mohallem, casado, brasileiro, engenheiro eletricitista, com carteira do CREA nº 6.683/D 4a. Região, cartão de contribuinte no Ministério da Fazenda nº 102478906, residente à rua Santa Maria do Itabira 161, ap. 101 em Belo Horizonte e Ricardo Danilo Restani de Andrade, casado, brasileiro, engenheiro de operações de telecomunicações, com carteira do CREA nº 28545/D 6a. Região, cartão de contribuinte no Ministério da Fazenda nº 609481758, residente à rua Feliciano Henriques 55, em Belo Horizonte, constituem nesta data uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que reger-se-á de acordo com as cláusulas abaixo:

PRIMEIRA

DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade girará com a denominação de REMO ENGENHARIA LTDA.

SEGUNDA

DO OBJETO: A sociedade terá como objeto os serviços de construção de linhas de transmissão, subestações elétricas e telefônicas, redes de distribuição elétrica e telefônica. Abrangerá os ramos de engenharia elétrica, telecomunicações, civil, mecânica, minas e metalurgia, agrimensura e serviços congêneres, compreendendo: execução, operação, consultas, cálculos, projetos, manutenção, comercialização e representação de produtos correlatos, bem como sua industrialização.

TERCEIRA

SEDE E FÔRO DA SOCIEDADE: A sociedade terá como sede e fôro a cidade de Belo Horizonte, com escritório à rua Tupis 457, sala 307, Edifício Frederico Correa.

QUARTA

DO CAPITAL SOCIAL: O capital social será de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), divididos 100.000 (cem mil) quotas de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, cabendo ao sócio Sérgio Mohallem a subscrição de 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e ao sócio Ricardo Danilo Restani de Andrade a subscrição de 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), integralizáveis no pra -



RA

ML

X

so de 1 (hum) ano a partir de 15 (quinze) de maio de 1.974 ,
em moeda corrente do país, sendo que 50% (cinquenta por cento)
do valor das quotas de cada sócio, será integralizado na data do
início das atividades, 15 (quinze) de maio de 1.974 .



QUINTA

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade dos sócios,
é limitada ao capital social.

SEXTA

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA: Ficará a cargo de ambos os sócios, po-
dendo os mesmos, segundo necessidades, requisitar serviços de ter-
ceiros.

SÉTIMA

DA DURAÇÃO: A duração da sociedade será por tempo indeterminado .

OITAVA

DA DEMISSÃO: No caso em que um dos sócios queira retirar-se da so-
ciedade, deverá comunicar ao sócio remanescente, com 90 (noventa)
dias de antecedência, ficando com o sócio remanescente a priori -
dade e preferência, em igualdade de preços e condições, para com-
prar as quotas do sócio retirante.

NONA

DA DISSOLUÇÃO: A sociedade poderá ser dissolvida quando houver
interdição declarada em juízo ou quando for de comum acôrdo en-
tre os sócios.

DÉCIMA

DOS DOCUMENTOS: Todos os documentos e papéis que envolvam respon-
sabilidade financeira para a sociedade, poderão ser assinados por
quaisquer dos sócios, exceto a venda ou onus de propriedades imo-
biliárias, que deverão ser assinadas pelos dois sócios.

DÉCIMA PRIMEIRA

DO ANO COMERCIAL: O início das atividades será em 15 de maio de
1.974 . O ano comercial será de 01 de janeiro à 31 de dezembro, é
poca em que será levantado o balanço geral da sociedade, e os lu-
ros líquidos apurados regularmente, feitas as depreciações e a-
mortizações legais e usuais, serão partilhados aos sócios na pro-
porção de suas quotas, bem como poderá ficar em suspenso para fu-



PA M

turo aumento do capital social, no todo ou em parte, à critério dos quotistas.



DÉCIMA SEGUNDA

DAS ABSTENÇÕES: Nenhum dos sócios poderá usar o nome da firma em negócios estranhos ao interesse da mesma, tais como: avais, endossos, cartas de fianças, etc.

DÉCIMA TERCEIRA

DAS PERMISSÕES: Será permitido à firma consorciar-se com outras companhias, o que deverá ser objeto de aprovação dos sócios. Será permitido também, abrir, montar e extinguir filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional, onde convenha à seus interesses, respeitadas as restrições da lei.

DÉCIMA QUARTA

DOS NOVOS SÓCIOS: Será permitida a admissão de novos sócios na sociedade, porém com anuência dos sócios fundadores.

DÉCIMA QUINTA

No caso de falecimento de um dos sócios, será realizado um balanço geral, e os haveres do sócio falecido, serão pagos aos herdeiros, em prestações mensais iguais de 12 (doze) parcelas. Caso os herdeiros desejarem continuar na sociedade, basta para isso a nomeação de um representante na sociedade, com os mesmos direitos do sócio falecido.

DÉCIMA SEXTA

DA RETIRADA PRÓ-LABORE: Os sócios terão direito à uma retirada mensal como pró-labore, que terá escrituração na conta de despesas gerais ou equivalente. E estando os contribuintes de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, mandaram datilografar em 4 (quatro) vias de iguais teor, que lidas e achadas conformes, aceitam e assinam com as testemunhas abaixo relacionadas, devendo ser registradas nos órgãos competentes.

Belo Horizonte, 26 de abril de 1.974



RICARDO DANILO RESTANI DE ANDRADE


SERGIO MOHALLEM

TESTEMUNHAS:

José Gilvato Calceira

OS TRIBUTOS DEVIDOS,
CONFORME AVERSAÇÃO NA 1ª VIA
ARQUIVADA NA JUNTA COMERCIAL.

0060

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais		Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31200829195	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: CONSTRUTORA REMO LTDA
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2100441819

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		023	1	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE

BELO HORIZONTE

Local

27 Maio 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIM

Processo em Ordem À decisão

Data☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- ☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐☐☐☐_____
Data_____
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- ☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐☐☐☐_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8564305 em 01/06/2021 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 214408396 - 31/05/2021. Autenticação: 7B66CD6AC93B9BE76BA116341E06A832923AD29. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/440.839-6 e o código de segurança D0Up Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 1/13



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/440.839-6	MGP2100441819	27/05/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
102.478.906-34	SERGIO MOHALLEM



CONSTRUTORA REMO LTDA®.
52ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SÉRGIO MOHALLEM, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade nº 6.683/D – 4ª Região, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF (MF) sob nº 102.478.906-34, residente nesta Capital, na Av. Celso Porfírio Machado, nº 780, bairro Belvedere, CEP 30.320-400; e

B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA., empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.631.542/0001-16, com arquivamento do seu contrato social na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o registro inicial nº 312.0837487-1, de 12 de fevereiro de 2009 e demais alterações subsequentes, sendo a 1ª (primeira) e última alteração consolidada sob o registro de nº 5194037 em 09/12/2013, com sede social na Av. Francisco Sales, nº 1.838 – Sala 201, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG. CEP 30.150-228, neste ato, representada por seus sócios **Igor Maciel de Simoni Orlandi**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº MG 10.213.778 – SSP/MG, inscrito sob o CPF de nº 068.578.016-30 com endereço comercial na avenida Francisco Sales, nº 1.838, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG CEP. 30.150-228; **Bruno Maciel de Simoni Orlandi**, brasileiro, solteiro, nascido em 14/10/1975, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M 5.568.596 – SSP/MG, inscrito sob o CPF de nº 002.321.196-27, com endereço comercial na avenida Francisco Sales, nº 1.838, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG CEP. 30.150-228; e **Ludmila Maciel de Simoni Orlandi**, brasileira, solteira, nascida em 14/02/1980, psicóloga, portador da Carteira de Identidade nº MG 10.213.805 – SSP/MG, inscrita sob o CPF de nº 039.430.696-13 com endereço comercial na avenida Francisco Sales, nº 1.838, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG CEP. 30.150-228;

Únicos sócios cotistas da sociedade empresária limitada **CONSTRUTORA REMO LTDA.®**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.225.557/0001-96, com inscrição estadual nº 062.141514.0056, com arquivamento do seu contrato social na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o registro inicial nº 312.0082919.5, de 06 de maio de 1974 e demais alterações subsequentes, sendo a 51ª (quinquagésima primeira) e última alteração consolidada sob o registro de nº 7913098, em 10/07/2020, resolvem, de comum acordo, livres de qualquer vício de consentimento e vontade, promover a 52ª (quinquagésima primeira) alteração contratual nos seguintes termos:



01. DA CRIAÇÃO DE FILIAL:

Deliberado a criação de Filial localizada na Rodovia anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, nº 15.300, bairro Alto Caiçaras, Belo Horizonte/MG, CEP 30.750-920

02. DAS ATIDADES DA NOVA FILIAL:

A nova filial localizada na Rodovia anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, nº 15.300, bairro Alto Caiçaras, Belo Horizonte/MG, CEP 30.750-920 tem por finalidade atividades de engenharia elétrica compreendendo instalações do sistema elétrico de geração e transmissão de energia e manutenção em redes de energia elétrica.

03. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

Em decorrência da alteração deliberada em epígrafe, os sócios quotistas resolvem, de comum acordo, consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DA 52ª (Quinquagésima Segunda) ALTERAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL
CONSTRUTORA REMO LTDA.®**

SÉRGIO MOHALLEM, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro eletricitista, portador da Carteira de Identidade nº 6.683/D – 4ª Região, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF (MF) sob nº 102.478.906-34, residente nesta Capital, na Av. Celso Porfírio Machado, nº 780, bairro Belvedere, CEP 30.320-400; e

B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA., empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.631.542/0001-16, com arquivamento do seu contrato social na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o registro inicial nº 312.0837487-1, de 12 de fevereiro de 2009 e demais alterações subsequentes, sendo a 1º (primeira) e última alteração consolidada sob o registro de nº 5194037 em 09/12/2013, com sede social na Av. Francisco Sales, nº 1.838 – Sala 201, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG. CEP 30.150-228, neste ato, representada por seus sócios **Igor Maciel de Simoni Orlandi**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº MG 10.213.778 – SSP/MG, inscrito sob o CPF de nº 068.578.016-30 com endereço comercial na avenida Francisco Sales, nº 1.838, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG CEP. 30.150-228; **Bruno Maciel de Simoni Orlandi**, brasileiro, solteiro, nascido em 14/10/1975, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M 5.568.596 – SSP/MG, inscrito sob o CPF de nº 002.321.196-27 com endereço comercial na avenida Francisco Sales, nº 1.838, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG CEP. 30.150-228; e **Ludmila Maciel de Simoni Orlandi**, brasileira, solteira, nascida em 14/02/1980, psicóloga, portador da Carteira de Identidade nº MG 10.213.805 – SSP/MG, inscrita sob o CPF de nº



039.430.696-13 com endereço comercial na avenida Francisco Sales, nº 1.838, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG CEP. 30.150-228;

Resolvem de comum acordo, livres de qualquer vício de consentimento e vontade, a constituir uma sociedade empresária limitada, regida pelas leis e disposições em vigor e sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

A sociedade tem a denominação de CONTRUTORA REMO LTDA.®, com sede e foro nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Francisco Sales, nº 1.838, 1º andar, bairro São Lucas, CEP 30.150-228.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por finalidade os serviços de locação de veículos, mão de obra, máquinas e equipamentos; engenharia em geral, abrangendo o ramo de Engenharia Elétrica, compreendendo projetos, estudos, cálculos, consultas e execução de obras, referentes à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, equipamentos, materiais e máquinas elétricas, sistemas de medição e controles elétricos, a representação de artigos correlatos, bem como o ramo de Engenharia Civil, compreendendo o planejamento, elaboração e execução de projetos de obras e serviços, incorporação, administração e empreitadas; serviços de inspeções aéreas (com utilização de aeronave própria ou de terceiros, alugada ou arrendada) e/ou terrestre em instalações do sistema elétrico de geração e transmissão de energia, treinamento e aprimoramento da capacitação técnica de pessoal, prestação de serviços gerais de limpeza e coleta de lixo de qualquer natureza; manutenção em redes de distribuição, linhas de transmissão e subestações de energia; gestão de ativos de iluminação pública, bem como, a construção, manutenção e efficientização e cadastro georeferenciado de sistemas de iluminação pública; montagem e manutenção de equipamentos hidráulicos; a atividade de teleatendimento (call center); desenvolvimento de programas de computador (softwares); atividades de Iluminação Pública e instalação e manutenção elétrica.

PARÁGRAFO 1º

DO OBJETO SOCIAL PARA A NOVA FILIAL

A nova filial localizada na Rodovia anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, nº 15.300, bairro Alto Caiçaras, Belo Horizonte/MG, CEP 30.750-920 tem por finalidade atividades de engenharia elétrica compreendendo instalações do sistema elétrico de geração e transmissão de energia e manutenção em redes de energia elétrica.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS FILIAIS, DEPÓSITOS E ESCRITÓRIOS

A sociedade, de comum acordo entre os sócios, poderá abrir e extinguir filiais, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, a qualquer tempo e onde convenha aos seus interesses, respeitando as restrições da lei.

Parágrafo único: A sociedade tem filial na cidade de Sorocaba – estado de São Paulo – na Rodovia Raposo Tavares, km 107,5 – bairro Ipanema do Meio – CEP 18001-974 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.225.557/0005-10 e NIRE 0090002598-1; tem Depósito Fechado, denominado “Centro de Apoio”, na cidade de Contagem – estado de Minas Gerais - na av. Uruguai nº 55 – Bairro Industrial – CEP 32230-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.225.557/0004-39 e NIRE 3190070168-0; filial na cidade de Atibaia – estado de São Paulo - na Rua Belém do Pará nº 169, Bairro Recreio do Estoril CEP 12.944-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.225.557/0008-62 e NIRE 3590044908-9; filial na cidade de Contagem – estado de Minas Gerais – na rua Dona Maria Margarida nº 280 A – Bairro Amazonas – CEP 32.240-000 e NIRE 3190082919-5; filial na cidade de Itajubá – estado de Minas Gerais – na rua Ismael Pinto de Noronha, Nº 72, Galpão 3, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP.37.502-508 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.225.557/0011-68 e NIRE 3190260657-9; e filial na cidade de Patrocínio – estado de Minas Gerais, na Avenida Marciano Pires, Nº2695, Bairro Matinha, Cidade de Patrocínio/MG, Cep. 38.742-158 CNPJ/MF sob o nº 18.225.557/0012-49 e NIRE 3190260658-7; filial na cidade de Marechal Cândido Rondon – estado do Paraná – na avenida Rio Grande do Sul, nº 3333, Lote 83/84 B, bairro Industrial II, CEP. 85.960-000 CNPJ/MF 18.225.557/0013-20 e NIRE 4190192507-5; e filial na cidade de Belo Horizonte – estado de Minas Gerais, na Rodovia anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, nº 15.300, bairro Alto Caiçaras, CEP 30.750-920.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 16.191.060,00 (Dezesseis milhões, cento e noventa e um mil e sessenta reais), dividido em 16.191.060 (Dezesseis milhões, cento e noventa e um mil e sessenta) de cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios na proporção seguinte:

Sócios	Nº de cotas	%	Valor Capital
SERGIO MOHALLEM	8.095.530	50%	R\$ 8.095.530,00
B.L.I. Empreendimentos e Construções Ltda.	8.095.530	50%	R\$ 8.095.530,00
TOTAL	16.191.060	100 %	R\$ 16.191.060,00



CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é, na forma da lei, limitada ao total do capital social subscrito.

Parágrafo único: Os administradores não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade (art. 1.011, § 1º, código civil/2002).

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade está a cargo do sócio **Sérgio Mohallem** e do não-sócio **Igor Maciel de Simoni Orlandi**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito sob o CPF de nº 068.578.016-30, portador da Carteira de Identidade nº MG-10.213.778 – SSP-MG, residente nesta Capital, na Rua Dr. Plínio de Moraes, nº 27, bairro Cidade Nova, CEP 31.170-170, ambos sob a denominação de Diretores, percebendo remuneração mensal fixada de comum acordo, a título de pró-labore.

Parágrafo único: Todos os documentos e papéis que envolvam responsabilidade financeira para a sociedade serão assinados individualmente por um dos dois administradores, com exceção dos que envolvam a venda ou ônus de propriedade imobiliárias, veículos, equipamentos e demais bens patrimoniais, os quais serão assinados conjuntamente pelos dois sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DURAÇÃO E DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 15 de maio de 1974.

CLÁUSULA OITAVA – DA RETIRADA DA SOCIEDADE

No caso em que um dos sócios queira retirar-se da sociedade, ou alienar parte de suas cotas, deverá comunicar tal fato ao sócio remanescente, com 90 (noventa) dias de antecedência, ficando este com a prioridade e preferência, em igualdade de preços, para adquirir as cotas do sócio retirante. O sócio remanescente terá um prazo de 10 (dez) meses para efetuar o pagamento ao sócio retirante em importâncias mensais iguais e sucessivas, acrescidas de



juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e correção monetária fixada em consonância com os índices oficiais de inflação.

CLÁUSULA NONA – DO AFASTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO

No caso de falecimento ou afastamento permanente de qualquer cotista, os herdeiros maiores terão o direito de substituí-lo na sociedade, mediante a respectiva alteração contratual. Na impossibilidade dos herdeiros em substituí-lo, poderá ser indicado por estes, de comum acordo com o sócio remanescente, um preposto ou procurador, com os mesmos poderes do sócio ausente na administração da sociedade. Caso não haja interesse dos herdeiros na permanência na sociedade, os haveres do de “cujus”, compreendendo cotas de capital, créditos e contas correntes e sua parte nos lucros líquidos, apurados em balanço especial e com valores atualizados, serão pagos pela sociedade, ou pelo sócio remanescente, aos herdeiros, em 12 (doze) prestações iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e correção monetária fixada em consonância com os índices oficiais de inflação.

Parágrafo primeiro: O falecimento de qualquer cotista não dissolverá a sociedade.

Parágrafo segundo: Os valores a serem realizados, mencionados no caput desta cláusula, são os referentes aos ativos permanentes, com tais as imobilizações de terrenos, edifícios, equipamentos e demais bens, inclusive os estoques e almoxarifados, mediante avaliação idônea e específica.

Parágrafo terceiro: Os prepostos ou procuradores nomeados por herdeiros, na forma desta cláusula, somente poderão efetuar a venda ou alienação de bens da sociedade com prévia autorização por escrito dos herdeiros, obedecendo-se ainda ao disposto no parágrafo único da cláusula sexta (assinatura em conjunto com o sócio).

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ANO COMERCIAL

O ano comercial compreende-se entre o dia 1º de janeiro e o dia 31 de dezembro, data em que será levantado o Balanço Patrimonial com a Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade e os lucros e perdas líquidos ali apurados serão partilhados aos sócios na proporção de suas cotas, ou, a critério dos sócios, poderão ficar em suspenso para posterior aumento de capital, no todo ou em parte.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ABSTENÇÕES

É defeso os sócios usarem a razão social da sociedade em negócios particulares ou estranhos à sociedade, tais como abonos, avais, endossos de favor, fianças e outros semelhantes, bem como em cartas de apresentação ou empenhos pessoais sem sentido societário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Os casos omissos do presente contrato serão dirimidos pela legislação em vigor, no Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que legalmente privilegiado.

Por assim estarem os sócios justos e contratados, assinam a presente alteração e o contrato social consolidado após a 52ª (quinquagésima segunda) alteração.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2021.

SÉRGIO MOHALLEM
CPF 102.478.906-34

B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
LUDMILA MACIEL DE SIMONI ORLANDI
CPF 039.430.696-13

IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI
CPF 068.578.016-30

LUDMILA MACIEL DE SIMONI ORLANDI
CPF 039.430.696-13

BRUNO MACIEL DE SIMONI ORLANDI
CPF 002.321.196-27





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/440.839-6	MGP2100441819	27/05/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
002.321.196-27	BRUNO MACIEL DE SIMONI ORLANDI
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI
039.430.696-13	LUDMILA MACIEL DE SIMONI ORLANDI
102.478.906-34	SERGIO MOHALLEM



0070



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 21/440.839-6 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 8564305 em 01/06/2021 da empresa 3120082919-5 CONSTRUTORA REMO LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
3190282138-1	18.225.557/0014-00	RODOVIA ANEL RODOVIARIO CELSO MELLO AZEVEDO 15300 - BAIRRO ALTO CAICARAS CEP 30750-920 - BELO HORIZONTE/MG

1 de jun de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8564305 em 01/06/2021 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 214408396 - 31/05/2021. Autenticação: 7B66CD6AC93B9BE76BA116341E06A832923AD29. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/440.839-6 e o código de segurança D0Up Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

00000000
MARINELY DE PAULA BOMFIM
Secretária-Geral

pág. 11/13



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, de NIRE 3120082919-5 e protocolado sob o número 21/440.839-6 em 31/05/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8564305, em 01/06/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Marcia Thaise Lima Cruz.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
102.478.906-34	SERGIO MOHALLEM

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
102.478.906-34	SERGIO MOHALLEM
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI
002.321.196-27	BRUNO MACIEL DE SIMONI ORLANDI
039.430.696-13	LUDMILA MACIEL DE SIMONI ORLANDI

Belo Horizonte, terça-feira, 01 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por Marcia Thaise Lima Cruz, Servidor(a) Público(a), em 01/06/2021, às 08:52 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/440.839-6.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 01 de junho de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8564305 em 01/06/2021 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 214408396 - 31/05/2021. Autenticação: 7B66CD6AC93B9BE76BA116341E06A832923AD29. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/440.839-6 e o código de segurança D0Up Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
BMPI INFRA S.A.		
TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35300498186	29/11/2016	17/06/2021 17:40:35
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
22/01/2016	24.416.909/0001-93	

CAPITAL
R\$ 52.881.041,89 (CINQUENTA E DOIS MILHÕES, OITOCENTOS E OITENTA E UM MIL, QUARENTA E UM REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA RENATO PAES DE BARROS	NÚMERO: 750	
BAIRRO: ITAIM BIBI	COMPLEMENTO: CJ 101	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 04530-001	UF: SP

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ALICIA MARIA GROSS FIGUEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 556.869.236-04, RG/RNE: MG2093810 - MG, RESIDENTE À RUA DOUTOR RENATO PAES DE BARROS, 750, CJ 101, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04530-001, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/04/2022.
GUILHERME MOREIRA TEIXEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 518.362.976-53, RG/RNE: 40438D - MG, RESIDENTE À RUA DOUTOR RENATO PAES DE BARROS, 750, CJ 101, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04530-001, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/04/2022.
ROSANGELA DUARTE CAMPOS PEZZI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 625.775.656-15, RG/RNE: OAB46865 - MG, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 750, CJ 101, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-001, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/04/2022.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 243.258/21-5 SESSÃO: 24/05/2021

ARQUIVAMENTO DE JORNAL, DE 05/05/2021. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 05/04/2021. OBS: DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE AUTORIZACAO PARA A BMPI INFRA S.A. PRESTAR GARANTIA...

NUM.DOC: 243.259/21-9 SESSÃO: 24/05/2021

ARQUIVAMENTO DE JORNAL, DE 05/05/2021. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 19/02/2021. OBS: PRESTAR GARANTIA COMO DEVEDORA SOLIDARIA...

NUM.DOC: 243.260/21-0 SESSÃO: 24/05/2021

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 05/05/2021. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 05/04/2021. OBS: DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE AUTORIZACAO PARA A BMPI INFRA S.A. PRESTAR GARANTIA...

NUM.DOC: 243.261/21-4 SESSÃO: 24/05/2021

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 05/05/2021. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 19/02/2021. OBS: PRESTAR GARANTIA COMO DEVEDORA SOLIDARIA...

NUM.DOC: 239.430/21-9 SESSÃO: 25/05/2021

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2021. APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.20.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300498186
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 17/06/2021documento
assinado
digitalmenteFicha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 153929129, quinta-feira, 17 de junho de 2021 às 17:40:35.

Y



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	CONSTRUTORA REMO LTDA		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3120082919-5	18.225.557/0001-96	06/05/1974	15/05/1974

Endereço Completo:

AVENIDA FRANCISCO SALES 1838 ANDAR: 1; - BAIRRO SAO LUCAS CEP 30150-221 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:

SERVICOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÃO DE OBRA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENGENHARIA EM GERAL, ABRANGENDO O RAMO DE ENGENHARIA ELÉTRICA, COMPREENDENDO PROJETOS, ESTUDOS, CÁLCULOS, CONSULTAS E EXECUÇÃO DE OBRAS, REFERENTES À GERACÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÁQUINAS ELÉTRICAS, SISTEMAS DE MEDIÇÃO E CONTROLES ELÉTRICOS, À REPRESENTAÇÃO DE ARTIGOS CORRELATOS, BEM COMO O RAMO DE ENGENHARIA CIVIL, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE OBRAS E SERVIÇOS, INCORPORAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EMPREITADAS. SERVIÇOS DE INSPEÇÕES AERÉAS (COM UTILIZAÇÃO DE AERONAVE PRÓPRIA OU DE TERCEIROS, ALUGADA OU ARRENDADA) E/OU TERRESTRE EM INSTALAÇÕES DO SISTEMA ELÉTRICO DE GERACÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA, TREINAMENTO E APRIMORAMENTO DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE PESSOAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA E COLETA DE LIXO DE QUALQUER NATUREZA MANUTENÇÃO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO, LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES DE ENERGIA GESTÃO DE ATIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO, A CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO E CADASTRO GEOREFERENCIADO DE SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS. A ATIVIDADE DE TELEATENDIMENTO (CALL CENTER) DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR (SOFTWARES) ATIVIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.

Capital Social:	R\$ 16.191.060,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
DEZESSEIS MILHÕES E CENTO E NOVENTA E UM MIL E SESSENTA REAIS		NÃO	INDETERMINADO
Capital Integralizado: R\$ 16.191.060,00		(Lei Complementar nº 123/06)	
DEZESSEIS MILHÕES E CENTO E NOVENTA E UM MIL E SESSENTA REAIS			

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato	Participação	Função
3120837487-1	B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	xxxxxxx	R\$ 8.095.530,00	SÓCIO
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI	xxxxxxx	R\$ xxxxxxxx	ADMINISTRADOR
102.478.906-34	SERGIO MOHALLEM	xxxxxxx	R\$ 8.095.530,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR

Status: xxxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 01/06/2021

Número: 8564305

Ato 002 - ALTERAÇÃO

Evento(s) 023 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE

051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
REMO ENGENHARIA LTDA	xxxxxxx	707673	xx	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001453399 e visualize a certidão)



21/496.908-8



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: CONSTRUTORA REMO LTDA
 Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
xxxxxxx	xxxxxxx	RUA VINTE OITO, QUADRA: 65; LOTE: 1B;; BAIRRO JARDIM SANTO ANTONIO, 74905-118, APARECIDA DE GOIANIA/GO
3190282138-1	18.225.557/0014-00	RODOVIA ANEL RODOVIARIO CELSO MELLO AZEVEDO, 15300, BAIRRO ALTO CAICARAS, 30750-920, BELO HORIZONTE/MG
3190070168-0	18.225.557/0004-39	AVENIDA URUGUAI, 55, BAIRRO INDUSTRIAL, 32230-100, CONTAGEM/MG
3190253476-4	18.225.557/0010-87	RUA MARIA MARGARIDA, 280, A, BAIRRO AMAZONAS, 32240-000, CONTAGEM/MG
xxxxxxx	xxxxxxx	RUA DOZE, QUADRA: 25; LOTE: 17;; BAIRRO SETOR JARDIM SANTO ANTONIO, 74853-250, GOIANIA/GO
3190260657-9	18.225.557/0011-68	RUA ISMAEL PINTO DE NORONHA, 72, GALPAO3, BAIRRO NOSSA SENHORA DE FATIMA, 37502-508, ITAJUBA/MG
4190192507-5	18.225.557/0013-20	AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 3333, LOTE 83/84 B, BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL II, 85960-000, MARECHAL CANDIDO RONDON/PR
3190260658-7	18.225.557/0012-49	AVENIDA MARCIANO PIRES, 2695, BAIRRO MATINHA, 38742-158, PATROCINIO/MG
xxxxxxx	18.225.557/0005-10	RODOVIA RAPOSO TAVARES, 107,5, BAIRRO IPANEMA DO MEIO, 18080-990, SOROCABA/SP

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 15 de Junho de 2021 16:09

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001453399 e visualize a certidão)



21/496.908-8



PREFEITURA
SANTA LUZIA
TRABALHO E RESPEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA -MG.

GARANTIA DAS PROPOSTAS

TERMO DE ENCERRAMENTO

O abaixo assinado, Representante Legal da **CONSÓRCIO SANTA LUZIA IP**, declara que este volume está numerado sequencialmente de **001** à **0077** e é encerrado por este termo.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2021

Consórcio Santa Luzia IP

Representante Legal

Nome: *Rafael Rezek Mohallen*

CPF: *001.394.046-51*